



TRANSCRIÇÃO (TEXTO REVISADO EM 11/11/2025, ÀS 08H17)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS - 05/11/2025

Muito bem, boa noite a todos. Quero estar aqui cumprimentando a todos presentes no recinto, a qual nós estaremos fazendo audiência pública hoje sobre a nossa LOA e o nosso PPA do nosso município. Quero estar convidando primeiramente os nobres vereadores para estar tomando o assento, que eu estou vendo aqui o vereador Edson Silva, por favor, tomar o vosso assento, Secretários do Poder Executivo, Secretária de Finanças, Josiane, chefe de gabinete, Wanderlei Soares, representando, acho que a Secretária de Obras, a Bárbara, Mais alguém aí que eu estou... Diogo, representando a educação. Mais alguém? Secretaria de Esportes, seu nome? Francisco, representando a Secretaria de Esportes. Mais alguém no recinto? E o Gabriel, da assessoria Meta Pública. É isso mesmo? Fiquem à vontade. Criadora, pode tomar um assento na mesa. Pode, Bruno também. eu vou ler aqui o cabeçalho do projeto para a gente dar continuidade Projeto de Lei nº 99 2025 institui o plano plurinual do município de Montemor para o quadriênio de 2026 a 2029 e dá outras providências o PPA 2026 a 2029 de autoria do poder executivo também o projeto de número 100 2025 estima a receita fixa dispensa do município de Montemor para exercício 2026, a LOA, de autoria do Poder Executivo. Eu quero deixar aqui já cronometrado para a gente poder ganhar tempo. Ao Poder Executivo, quem vai representar você, a explicação sobre os projetos? Pode? Está. Então, a gente vai colocar primeiro já, e depois vai ficar ao Executivo 15 minutos, para poder explicar. aos vereadores três minutos e ao público presente, quem quiser fazer o uso da palavra, três minutos, procurar ao legislativo, o Arthur, que está pegando as inscrições, por favor. Também está de presente no recinto a Secretária Andresa da Cultura. Por favor, Andresa. Tome um assento aqui. Maravilha. Maravilha. O servidor Jair. O Jair vai passar alguns slides aí, não é, Jair? Fique à vontade. Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Boa tarde, vereadores. Boa tarde, Josiane, no nome de quem cumprimento todos os demais presentes. Hoje nós vamos estar fazendo a audiência pública de aprovação do PPA e da Lua para 2026. A prefeitura, antes de setembro, já fez a audiência pública de elaboração na prefeitura Já teve os trâmites, abriu os prazos para os populares fazerem as indicações Então agora é a vez da Câmara fazer a audiência pública de aprovação Então, em nome do Presidente George, da Comissão de Finanças e Orçamento Que é a qual preside essa audiência pública hoje Eu vou passar alguns slides só para explicar o que é o PPA, a Lua, alguns valores E se alguém tiver alguma dúvida, no final, a gente vai abrir para as pessoas as dúvidas. O pessoal da prefeitura está aqui, alguns Secretários de algumas pastas, se a gente puder ajudar a tirar as dúvidas. Então, vamos começar. Audiência Pública de Aprovação, PPA 2026/2029 e LOA 2026. Plano Plurianual, 2026 a 2029. O plano plurianual é um plano para quatro anos, que no primeiro ano de mandato, o prefeito tem que encaminhar para a Câmara, para os próximos quatro anos. Esse ano de 2025 está sendo executado ainda o último ano do PPA, da outra gestão anterior.

A Constituição Federal, no seu artigo 165, ele define que a iniciativa do Poder Executivo, executivo, o plurianual, a lei de diretrizes e os orçamentos. No seu parágrafo primeiro, a lei que institui o plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras despesas delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração contínua. Então, o PPA está instituído na Constituição Federal, que é a iniciativa do Poder Executivo. A Lei de Responsabilidade Fiscal também, ela fala no seu artigo 48, parágrafo único, a transparência será assegurada também mediante a incentivo à participação popular, a realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes, orçamentárias e o orçamento. Então, o que nós estamos fazendo aqui hoje é dando transparência, de acordo com o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei 101, para dar transparência no processo de elaboração e aprovação. Mais um componente da transparência, foi publicado no Diário Oficial, do dia 23 de outubro, um convite para a audiência pública, o edital de convite, ao qual o Presidente, vereador Jorge Santos, Presidente da Comissão de Finanças, publicou esse convite no Diário Oficial, está no site da Prefeitura também, atendendo as exigências da legislação em vigor. Instrumentos de Planejamento e Orçamento. PPA. Planejar estabelece as diretrizes, objetivos e metas para quatro anos. Aquilo que eu já falei no começo. LDO. Orientar. Explicita as metas e prioridades para cada exercício financeiro. E a LOA é executar. que estima as receitas e fixa a despesa para o exercício financeiro. Então, hoje aqui nós vamos estar discutindo sobre o PPA e a LOA, que a lei diretriz já foi encaminhada lá em abril, já foi aprovada, que é a lei que orienta a LOA. Instrumento de planejamentos e orçamento. Como eu já falei também anteriormente, até 30 de setembro, a Prefeitura encaminhou para a Câmara o PPA e a LOA. Foi entregue dentro do prazo, com todos os seus anexos, bem regular, está bem elaborada a peça do PPA e da LOA. Então, nesse primeiro ano de mandato, o ano que vem, na hora que mandar a lei de diretrizes, aí só em setembro vai ser só a LOA de 2027, porque aí não vai ter o PPA, porque já está sendo válido isso que foi enviado agora. Então, no primeiro ano, há uma exceção de entregar o PPA e a LOA junto. Então, só nesse primeiro ano de mandato que acontece isso. E, às vezes, as pessoas não entendem muito, porque tem algumas peças da Lei de Diretrizes que saem do PPA. Então, nesse primeiro ano, tem coisas que entrega a LOA, depois no PPA, inclusive, e alguns anexos da Lei de Diretrizes, porque saem do PPA. Lei do Plano Plurianual. Definição. Defina as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal contemplando as despesas de capital, como, por exemplo, os investimentos. e outras delas decorrentes, além daquelas relativas ao programa de duração contínua. Objetivo do PPA, orientar a elaboração da Lei de Diretriz Anual, orientar a elaboração dos planos e programas municipais setoriais. Lei do Plano Projeto Anual. A estrutura, dimensão estratégica, o eixo de desenvolvimento, indicador de impacto. Então, a dimensão estratégica, podemos falar aqui que o eixo de desenvolvimento é o indicador de impacto, aonde que vai impactar essa estratégia. E a dimensão tática é onde fala dos programas. Programa 1, indicadores e resultados, metas, e o programa 2. Então, no PPA tem programas que estão separados e com ações, cada programa tem suas ações também, com atividades e projetos. Só para vocês entenderem, projeto é quando é despesa de capital, É uma obra, é uma construção de uma ponte, é uma reforma de uma praça. Então, isso aí, no PPA e na LOA, está definido como projeto. E atividade, tudo que for manutenção, vai estar na ação como atividade. Lei do Plano Plurianual. Diretriz. Modernização da administração pública, implementando uma gestão pautada nas boas práticas, por meio de

transparência e eficiência. Promoção de uma transformação digital, que melhore a administração pública e a infraestrutura urbana. Otimização da logística urbana e modernização dos serviços públicos com tecnologias avançadas, garantindo a eficiência e a acessibilidade. Implementação de soluções tecnológicas integradas, que melhore a gestão do trânsito, a comunicação com a população e a oferta de serviços públicos. Atração de novas empresas e investimentos para a geração de empregos e fomento ao desenvolvimento econômico. Garantia de desenvolvimento urbano sustentável, empregando inovação e tecnologia como ferramentas de serviço público. Esses foram os pontos que eu falei, são as diretrizes que baseiam, que norteiam o PPA. Agora, os eixos e objetivos. Acredito que esses eixos são programas, São programas do PPA Número 1 Montemor em progresso pela modernização administrativa Gestão pública eficiente e inovadora Mediante participação social e controle do cidadão Número 2 Montemor em progresso pelo desenvolvimento econômico Geração do trabalho e renda Políticas integradas para captação de recursos Fomento ao emprego Educação profissional Capacitação, empregabilidade e desenvolvimento econômico Terceiro 5. Montemor em progresso pela educação, investimentos em infraestrutura educacional, programas de qualificação e fomento ao desenvolvimento local. 4. Montemor pelo progresso pela saúde, inclusão e assistência social, aprimoramento contínuo da saúde mediante qualidade assistencial, acesso ampliado, gestão estratégica e promoção do bem-estar social. Cinco, Montemor, progresso pela cultura, esporte e lazer. Revitalização do patrimônio cultural, infraestrutura de espaços comunitários e recreativos e políticas públicas para o esporte e lazer. Como vocês podem ver, esses cinco topos, eles estão abrangendo vários departamentos da prefeitura. Como vocês podem ver, tem alguns departamentos que estão incluídos no mesmo tópico, no caso de cultura, esporte e lazer, geralmente são representados no mesmo programa. 6. Montemor, progresso pela infraestrutura, habitação, segurança pública, mobilidade urbana, trânsito e transporte, modernização e manutenção de infraestrutura, transporte e mobilidade sustentável, desenvolvimento urbano com moradia acessível, fortalecimento da segurança integrada, tecnologia da inovação aplicada, prevenção e educação cidadã, eficiência no trânsito e acessibilidade universal, otimização do transporte público e gestão estratégica com planejamento contínuo. 7. Monte Moro em progresso pelo meio ambiente e área rural. Sustentabilidade ambiental e preservação de recursos de desenvolvimento rural integrado, infraestrutura sustentável, apoio ao produtor rural e participação comunitária com educação ambiental. Então, esses foram os sete tópicos que eu falei, que os departamentos da prefeitura vão estar sendo atendidos nesses tópicos. Classificação funcional da despesa. Função. Indica a codificação das funções de governo. O maior nível de agregação de diversas áreas compete ao setor público. A função está relacionada à missão institucional do órgão, por exemplo, turismo, esporte, educação, saúde e segurança. Subfunção. Indica a codificação das subfunções de governo. Um nível de agregação imediatamente inferior à função, que deve evidenciar cada área de atuação governamental. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas quais estão relacionadas na portaria MOG nº 42, de 1999. Programas governamentais. É um dispositivo que atua na organização de ações no segmento público. No Brasil, é um instrumento que se refere à gestão pública organizando o desenvolvimento de normas, financiamentos, incentivos fiscais e atividades e projetos. Como resultado, os programas de governo buscam solucionar problemas no que tange ao atendimento à demanda social. A eficácia é medida através de metas, indicadores, custos

previamente estabelecidos por meio da Lei Orçamentária Anual, da Lei Diretriz Orçamentária, LDO, e do Plano Plurianual, PPA. Tudo que está previsto no PPA e na LDO, isso aí não é ao meu prazer que o prefeito escolhe. Então, são baseados no plano de governo que o prefeito elaborou, e tem vários indicadores de saúde, de educação, que é visto para poder estar elaborando essas peças de planejamento. Aí é só um quadro com os programas governamentais, que está em elaboração, os eixos que eu já falei, que está cada programa, que está direcionado a cada eixo. Então, isso aí não tem nem muita necessidade de ler, só para não... se alguém quiser depois também, a gente pode disponibilizar os slides, se alguém quiser dar uma analisada mais profunda. Prioridades ODS. Essas prioridades, acho que é o primeiro ano do PPA que está sendo incluído nessas prioridades das ODS. As ODS, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, elas são 17, são um conjunto de metas globais estabelecida pela Agenda 2030 da ONU, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões sociais, econômica e ambiental. Então, é uma das exigências também que tem que estar presente nas peças de planejamento, essas prioridades aí que o município tem que seguir e tentar alcançar esses objetivos. Critérios para elaboração do PPA. Levantamento diagnóstico por parte das secretarias, coleta de sugestões populares, populares, alinhamento de programas, plano de governo, indicadores, isso que eu acabei de falar. Então, quando foi elaborado esse plano, foi atentado a todos esses itens aí, que, como eu falei, plano de governo, indicadores, planos setoriais, metas e prioridades, vinculação às ODSs, da GEDA 2030. Agora vamos falar um pouco da receita. Vocês podem ver aí, acho que todo mundo consegue enxergar aí. Arrecadada em 2024, R\$ 415.279.547,00. A prevista para 2025, R\$ 452.270.000,00. Só para vocês entenderem, para 2026, está previsto R\$ 515.945.001,00. teve um aumento, uma previsão de aumento de 14,7% em relação a de 2025. Então, 14,7% sobre 2025 para 2026. De 2026 para 2027, teve um aumento de 2,66%. E de 2027 para 2028, 4,82%. E de 2028 para 2009, 5,08%. Então, pelo que a gente percebe, foi bem prudente, foi bem prudente, porque os índices estão... o nosso país está passando por uma turbulência e ninguém sabe qual vai ser a real inflação desse país, o IPCA. Então, pelo que eu percebo, a prefeitura foi bem prudente nas porcentagens em relação, porque a gente não sabe o que vai acontecer. Mas, se arrecadar a mais, aqui é só uma previsão, suplementa-se a receita. Então, aqui estamos estimando a receita e fixando a despesa. Então, o orçamento é uma peça flexível, que pode ser suplementada a qualquer momento. Se alguém tiver alguma pergunta também, pode interromper, porque, de repente, quer fazer alguma pergunta relacionada ao que estamos comentando, não tem problema nenhum. Só peço para o Arthur ficar atento, porque estou de óculos, aqui já está difícil de ler. Se eu ficar olhando para ver se tem alguém pedindo para perguntar, eu não olho. Aí é um quadro das receitas também Receitas previstas 2024 aí é arrecadada Para 2025 é prevista Então é que nem eu falei Esses quadros, quem quiser depois Para dar uma olhada melhor A gente pode estar disponibilizando também Aí as despesas Por entidades Ali no primeiro órgão A Câmara Municipal 2025/2026 13 milhões e 500 em 2027, 14.940.000, em 2028, 16.320.000, em 2029, 17.760.000. Prefeitura, 383.150 para 2025, 446.414.000 para 2026, 455.892.000 para 2027 477.148 para 2028 E 552.000.000 para 2029 Ali o terceiro órgão é o Instituto de Previdência 59.120.000 para 2025, que é para este ano 56.031.000 para 2026 R\$ 58.832.551 para 2027, R\$ 61.774.179 para 2028, R\$ 64.862.888 para 2029. Aí as despesas separadas por órgãos, então todas as secretarias têm as despesas separadas por exercício, de 2025/2026, 2027/2028, 2029. De repente, vocês podem olhar em uma secretaria e ver, há 1 milhão e 900 mil, mas não é muito pouco para uma

secretaria, é o que eu estou falando. A previsão é uma previsão inicial, pode ser que venha Emendas que aumentem o recurso e essas despesas podem ser suplementadas. Então, de repente, em uma determinada secretaria, tem uma ficha lá com pouco recurso, mas pode ser suplementado de acordo com a arrecadação do município. Aí está por programas, por programas, os quatro anos também, por programa, e dentro de cada programa, às vezes, tem vários departamentos no programa. Esse último aí é a reserva de contingência, é uma reserva que o município é obrigado, por lei, a deixar, acho que a partir, se não me engano, a partir de agosto ou setembro, que pode utilizar a reserva de contingência. Isso é o que nós tínhamos para falar do PPA. Agora vamos falar mais rapidinho aqui da LOA também, para 2023. Jair, só um minutinho, só questão de ordem, por favor. Eu quero convidar a doutora Lúcia, a Secretária doutora Lúcia de Administração e o Daniel, Secretário da Defesa Civil, e informar também o vereador Adriel, o professor Adriel está no recinto, e o vereador Josuel da Conceição também se encontra no recinto. Fique à vontade, meu querido. Obrigado, Presidente. O mesmo artigo da Constituição, que fala da iniciativa do PPA, também é da Lua, é o mesmo artigo da Constituição Federal. A Lei de Justiça da Arte Fiscal também exige transparência nas duas peças, então, por nós estarmos fazendo audiência nas duas peças juntos, então, são as mesmas legislações que estão dando metas para essa audiência. O edital que a Comissão de Finanças e Orçamentos publicou no Diário Oficial do Município, dando transparência para a população, Conceito da Lua. Definição. Instrumento que define o planejamento orçamentário do governo, no caso nosso municipal, para um período de um ano. Objetivo. Estabelecer o orçamento que, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas para atendimento responsável dos gastos públicos no ano subsequente da sua elaboração e aprovação. É aquilo que eu falei. Estamos estimando as receitas e fixando despesas para o ano de 2026, para o ano que vem. Princípio do equilíbrio, definição. O princípio do equilíbrio, entende-se que em cada exercício financeiro, o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para esse período. Então, o princípio do equilíbrio é para a vida de cada um de nós também, não só no orçamento público. Se você gastar mais do que você arrecada, vai dar problema no final. E a responsabilidade nossa, como funcionários públicos, gestores da administração também, a gente tem que ter essa responsabilidade com o recurso público. Como eu já falei anterior, também, das receitas previstas para a LOA, Prefeitura e Instituto, para 2024 arrecadado, 2025 a prevista e para 2026 prevista também. aquilo que eu falei, a previsão de aumento de 14,7% de 2025 para 2026 aqui também está detalhada as receitas previstas só para o exercício de 2026, porque a gente está falando só da LOA agora, então está a previsão das receitas aí vai estar disponível também para quem quiser, eu posso passar depois, só para a gente não perder tempo para estar falando receita por receita despesa da LOA para 2026 Previsão aí de 2025 E o que vai ser para 2026 Separado Câmara, Prefeitura e Instituto de Previdência O PPA e a LOA é do município Não é uma peça só da Prefeitura Então envolve o Legislativo e o Instituto de Previdência também As despesas por secretaria também Só para 2025 e para 2026 Então aí tem todas as secretarias toda, cada um, a sua dotação. Uma coisa importante que o pessoal do financeiro tem que tomar cuidado na hora de fazer a lua também, é a aplicação do ensino. O município tem por obrigação de aplicar 25% de algumas receitas, não é do total do que se arrecada, tem uma legislação para isso, dos impostos. Então, no que está previsto para a lua do ano que vem, a gente tem uma previsão de 27,84%. Então, alguém do que é obrigado, a previsão já está a mais. Tem uma informação importante aqui, que eu acho que, nesse

momento, eu estava olhando o que encerrou o mês de setembro, que é o mês que já está encerrado, eu estava vendo aqui que na educação, a prefeitura, até o final de setembro, já estava empenhado 27, parece que até coincidência, 27,84%, liquidada 26,2%, então agora em setembro já está atendendo os 25%, isso é importante para não deixar para a última hora, porque teve uns exercícios aqui que chegou o Fundeb no final do ano, 60%, teve que, então assim, pelo que eu estou vendo aqui, o Fundeb também, a despesa empenhada está com 98,14%, a despesa liquidada 93% e a paga já 87,9%. E a despesa empenhada dos 70%, do mínimo, já está com 76,32%. Então, a gente, esse ano, está caminhando tudo para fechar com os índices, tudo certinho, para não ter problema no final do ano. A saúde, que a gente tem a obrigação de aplicar 15%, empenhada até no final de setembro, estava com 22,48%, liquidada 21,79% e paga 20,35%. Então, dos 15, já está se gastando 22,48%. Então, para vocês verem como é que não é fácil organizar um recurso. Ah, é 15 para a saúde. Não é 15. Já está gastando 22,48%. Então, não é fácil. Aplicação na saúde, só para vocês verem aí, a previsão já está prevista, 28,20%. Então, não adianta fazer uma previsão de 15% e já vem gastando muito mais de 20%. Então, está previsto 28,20% para aplicação na saúde. Aplicação no Fundeb, como eu já falei, total das receitas, tem a parte dos 70%, que é com a valorização do magistério, está previsto gastar 86,48%. e profissionais da educação básica, os 30% está previsto, 13,52, que vai dar os 100% de aplicação do Fundeb, que é obrigado a aplicar dentro do exercício. Questão de ordem, Jair, por favor. Fica à vontade, Presidente. O vereador João Dubar, que pertence à comissão, por favor, João, tome seu assento aqui, vou arrumar uma cadeira para você sentar aqui, por favor. Pode continuar, querido. Obrigado, Presidente. Então, era isso, uma pequena explanação, porque é uma matéria muito técnica, falar de PPA, falar de LOA, então não adianta a gente ficar falando muito numeração aqui. Então, agora, essa é a parte que a Comissão de Finanças e Orçamentos tinha para explicar para todos os presentes, e agora o Presidente volta a palavra, o Presidente, para conduzir os trabalhos. Muito obrigado. Jair, muito obrigado, querido, pela sua explanação. Acho que deu para o pessoal se atentar bem dentro da questão. e eu quero agora abrir a oportunidade para o executivo, para quem vai representar, tem 15 minutos para poder explicar ou colocar mais alguma coisa. Sou acostumada, gente. Boa noite a todos, todos os presentes, Presidente, vereadores, colegas Secretários, muito obrigada pela presença. Acho que o Jair já explanou praticamente tudo, falou de valores, falou dos projetos, de como devem ser feitas as peças orçamentárias, e foi exatamente isso que nós fizemos, com a participação da secretaria, fizemos levantamentos. Estamos, de acordo com o plano de governo também do prefeito, que é o que tem que ser seguido, registrado no TRE, temos que seguir essas regras, as regras do Tribunal de Contas, como o Jair falou, os códigos contábeis, disfunção, subfunção, e eu acho que essa audiência também é mais agora para tirar as dúvidas. Então, a prefeitura já fez a audiência dela de elaboração, de sugestão popular, também fizemos a participação pela internet. E estamos à disposição, todos nós, para quem tiver alguma dúvida, que possamos ajudar, sempre à disposição. Maravilha, Secretária Josiane. Então, vou abrir a fala para os vereadores. Vereador Josuel, da Conceição, o nobre tem alguma dúvida, alguma pergunta para realizar? Tem até três minutos para o senhor explicar a sua pergunta. A minha pergunta seria voltada para o Secretário de Obras, se ele estivesse aqui, pode ser a diretora mesmo. O que vocês têm de ideia e valor para a gente conseguir asfaltar os bairros, principalmente Jardim Colina 2 e 3, São Sebastião, que precisa pavimentar. Em relação à questão do nosso orçamento, qual será o caminho tomado para conseguir, dentro desses quatro anos, entregar

esses bairros que precisam ser pavimentados? Boa noite a todos. Com relação à pavimentação, Então, quando a gente fala sobre pavimentação, a gente não fala somente sobre asfalto, a gente fala sobre guias, sarjeta, calçada, drenagem, sistema de boca de lobo, águas pluviais, tudo. Então, é uma coisa bem complexa, é um projeto grande, inclusive. A gente tem um projeto já, inclusive, feito para a pavimentação do São Sebastião. E, assim, é a nossa prioridade trazer dignidade a todos, Mas a gente não tem no orçamento final o valor para conseguir fazer tudo isso Então a gente conta com verbas E a gente conta com a ajuda de vocês nobres também para ajudar a gente nisso Porque com os meios próprios da prefeitura a gente não vai conseguir fazer todos Para vocês terem uma noção mais ou menos Para conseguir pavimentar o São Sebastião O valor do projeto ficou em 12 milhões Então, isso daí usaria muito do nosso orçamento anual já. Então, a gente não consegue, a prefeitura, por meios próprios, não consegue sozinha. Então, a gente conta com os convênios, que a gente chama, que são as verbas que os Deputados mandam, para a gente conseguir fazer. Se não conseguir, o bairro inteiro vai fazendo as principais linhas dos ônibus, e assim a gente vai conseguindo. Mas a gente pretende, sim, uma parte do nosso orçamento também é para maquinário, Então, a prefeitura tem plano de entrar com uma parte também, até que a gente consiga, maquinário, mão de obra, os tubos para fazer drenagem, a gente tenta conseguir o máximo que a gente consegue por meios próprios, mas, no geral todo, não dá para fazer tudo. Mas, se a gente tiver verba, convênio, com certeza, isso aí pode ter certeza que é a nossa prioridade. Há uma possibilidade de uma linha de crédito para a gente poder pavimentar esses bairros que estão há tantos anos sem pavimentação? Boa noite. Sou o Gabriel, da Construtora Meta Pública. Vim apoiar aqui a Secretaria de Finanças. Sim, a possibilidade existe, só que hoje nós estamos em um cenário um pouco inflacionado. Eu estou tramitando algumas operações de crédito em outros municípios, que a taxa de juros é 139% do CDI. Isso dá quase mais de 20%. Então, o custo dessa operação de crédito é muito danoso para o município. Ele quase dobra a questão do crédito contraído. Então, a primeira via do governo é o que ela muito bem disse aqui, que é buscar esses recursos vinculados de convênios, de Emendas, para a gente realizar essa situação. Em segundo plano, o governo vai estudando conforme a essa queda de juros para ver a possibilidade de algo saudável para o município. Maravilha. Vereador, professor Adriel, tem alguma pergunta? Obrigado, senhor Presidente. Boa noite. A presidência e todos os vereadores, Secretários e todos que estão acompanhando aqui a sessão. Eu vou fazer duas perguntas, se der tempo faço três. A primeira pergunta, que muito me preocupa, a maior parte dos problemas que enfrentamos no município passa pela questão orçamentária. O cobertor curtíssimo, quando a gente vê aqui a projeção, a gente vê cerca de 515 milhões previstos de receita, somando as receitas correntes, de capital, direta, indireta, é um valor muito baixo. Montemor tem uma arrecadação muito baixa. E essa é uma raiz dos nossos problemas. E eu entendo que a chave para a gente atacar esse problema passa por um grande plano voltado ao que diz o artigo 4º aqui, no inciso 2 do PL 99, especialmente na estratégia da Montemor em progresso pelo desenvolvimento econômico e geração de trabalho e renda. Então, eu gostaria de saber dos representantes do Poder Executivo, se nós temos um plano para colocar em ação o inciso 2 do artigo 4º, qual que é o plano para atração de indústria para a cidade e, com isso, geração de receita através de tributos com essas empresas e geração de trabalho e renda, que vai também fomentar a economia local e contribuir para aumentar a arrecadação do município. Se a gente não conseguir aumentar a arrecadação, a gente vai seguir patinando. Nós tivemos uma evolução

de 100 milhões de reais do orçamento de 2024 para a projeção de 2026. Nesse passo, em 2028, a gente vai estar chegando na casa dos 600 milhões. Nós temos cidades vizinhas que já estão passando de um bilhão de receita. Então, eu queria saber qual é o plano desta gestão para conversar com essa dificuldade que a gente tem de arrecadação. A segunda pergunta que eu gostaria de fazer é a respeito do limite prudencial. Se nesses, são muitos números, e quem não é da área patina nos números, eu queria saber se a gente tem uma projeção aqui, conversando principalmente com o PLC, sem com a LOA, se a gente tem uma projeção de qual é o limite prudencial para a folha de pagamento que está previsto. Qual é a porcentagem? Salvo engano, se eu não estiver equivocado, nós temos um limite de investimento de até 57% da receita corrente líquida para pagamento de pessoal. Depois me corrija também esse percentual, se é isso mesmo. e qual o percentual que está previsto na projeção da LOA, para nós termos uma dimensão de qual percentual que é possível o Poder Executivo avançar ano que vem na campanha salarial. Muito me preocupa, principalmente por causa do problema que estamos atravessando com a Guarda Municipal, que existe uma suspensão de perca de regime especial, de regime de periculosidade, e, dependendo do tom da campanha salarial, pode ser um adendo para remediar com esse problema. E, pelo princípio da isonomia, não dá para dar um percentual maior para a guarda sem acompanhar as outras categorias. Então, a gente tem que ver com responsabilidade qual é o limite que a prefeitura consegue avançar. Acho que o meu tempo extrapolou, não é, Presidente? Cabe uma terceira pergunta? Fazer uma terceira pergunta? É uma pergunta mais técnica, eu queria só saber, seguindo a orientação aqui da Secretaria Legislativa, se o Poder Executivo pensa em apresentar alguma Emenda para melhor adequar os artigos 11, 13 e 14 do PL 99, que o parecer da Secretaria Legislativa diz, e eu concordo, que o artigo 14 está repetindo o que está falando no artigo 11, e o artigo 13 conversa sobre o mesmo assunto, então haveria possibilidade de comprimir esses três artigos em um só. E o artigo 16, que é uma coisa simples, que fala da revogação das exposições e contrários, E a Lei Complementar Federal 95 de 98 diz que toda vez que a gente fala de revogar disposições e contrário, tem que especificar quais leis que estão sendo revogadas. Só saber se o Executivo pensa em fazer esse ajuste, para saber se o Executivo fará, ou se eu, enquanto vereador, farei Emendas no projeto. Obrigado. Por favor, quem pode responder? Vanegas Soares. Boa noite, senhor Presidente Rogerio, na pessoa com a qual cumprimento todos os vereadores e vereadoras, senhoras e senhores presentes, quem nos assiste pelas redes sociais. Respondendo ao vereador Adriel, na questão de aumentar os recursos, captação de empresas, geração de emprego, Sim, nós estamos empenhados. Hoje nós temos um diretor de desenvolvimento econômico que vem se aprimorando e buscando conhecimento para fortalecer essa área. Estamos divulgando bastante um plano de incentivos fiscais que o município tem, que concorre, sim, com a maioria dos municípios existentes, que é a isenção do IPTU, a isenção do ISS, do ITBI, quando as empresas se instalam no município. Também a isenção do ISS para as empresas que vêm prestar serviço de infraestrutura na construção das novas empresas. e, junto com a Secretaria de Obras, estamos dando todo o apoio necessário na questão da agilidade de documentos, de ajudar no planejamento. A Secretaria de Meio Ambiente também está envolvida para poder auxiliar. Nós já tivemos casos da empresa ter dificuldades na hora de uma supressão de árvores e tal, mas a Secretaria de Meio Ambiente apoiou, o Departamento Jurídico nosso também está empenhado. Então, estamos buscando divulgar isso. Fortalecemos, criamos ali uma nova estrutura no PAT, que hoje é o PAET, na formação e qualificação de mão de obra, na busca

dessa mão de obra para poder expor ao mercado, aqui no município, que nós temos trabalhadores e trabalhadoras que possam atender às necessidades. Então, a administração do prefeito Murilo Rinaldo está focada nessa área também. E a gente sabe que precisamos, sim, cada vez mais, atrair empresas para a geração desse emprego e geração de receitas. E, com isso, sim, concorreremos com muitos municípios. E, através disso, estamos levando para todos conhecer em Montemor, que nós estamos aqui a 20 quilômetros do aeroporto de Viracopos, estamos entre as principais rodovias do estado, a rodovia Bandeirantes, próximo da rodovia Anhanguera, próximo da rodovia do Açúcar, estamos aqui fazendo divisa com sete municípios importantes dessa região metropolitana, e mostrando que outros municípios não têm mais hoje para onde crescer, tomando como exemplo Hortolândia, que tem 66 quilômetros quadrados e Montemor tem 240. Nós somos praticamente quatro municípios de Hortolândia em extensão de terra. Então, fazendo isso, chegar ao conhecimento dos empresários, dos investidores. Então, inicialmente, esse ano, nós estamos fazendo isso. O vereador Adriel. Com relação aos limites de folha de pagamento, a previsão para o ano que vem ficou fixada em 47,1%. O limite de alerta do Tribunal de Contas é 48,6%. Então, se a gente chegar nesse limite, já tem alerta do tribunal. 51,3% é o prudencial e o máximo é 54%. Então, esse ano, a gente está até abaixo nos relatórios do fechamento agora de setembro, está em turno de 40 e pouquinho, se eu não me engano. Mas, assim, qual é o problema? No limite, que até comentei com o vereador esses dias, com relação ao limite, nós estamos ok, está até abaixo. O problema é realmente toda a situação financeira e orçamentária do município, que daí não, a gente não tem condição de aumentar a folha por conta das outras despesas, como, por exemplo, saúde, é no mínimo 15, mas a gente está com quase 30, educação e os outros limites constitucionais. Mas, de acordo com até a fala do Vanderlei, o objetivo é, como o senhor disse, também melhorar a arrecadação para que possa melhorar essa situação também para nós servidores. É isso. Com relação ao Projeto de Lei, o Gabriel vai explicar que ele verificou esses itens. Vereador, tudo bem? E frente à apreciação do parecer da assessoria técnica legislativa, os três artigos têm diferenciações. O artigo 11 trata de inclusão e exclusão de indicadores e metas. Então, isso aqui é uma situação. O artigo 13 fala de revisão geral do plano plurianual. Então, eu tenho que encaminhar um Projeto de Lei para fazer uma revisão geral. Não seria lógico eu colocar um dispositivo aqui que, por decreto, eu mudaria o plano inteiro que vossas excelências iriam aprovar. Não faz sentido. E o 14 trata de uma situação de alteração específica. Então, ele altera indicadores, ele altera metas, ele altera os órgãos responsáveis pelos programas. Então, no nosso entendimento, são dispositivos diversos. E referente à Emenda, o Poder Executivo não pode mais propor Emenda. Então, só isso. Mas não cabe. Claro. Só para dizer que é verdade, agora o Executivo, se quiser mudar, vai ter que retirar, Emendar, consertar e protocolar de novo. Entendi. Só o artigo 11.14, que o artigo 11 fala, Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores dos programas e a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, a fim de compatibilizar a despesa orçada. E o artigo 14 fala, Fica o Poder Executivo autorizado a, CISO 1, alterar os órgãos responsáveis por programas e ações, alterar os indicadores de resultado dos programas e suas respectivas metas, e aí se segue. Talvez seja interessante unir os dois artigos. Eu vou estudar, a Comissão de Finanças vai estudar também, certamente, e aí o Poder Legislativo vai decidir se casa os dois artigos em um ou se mantém como está. E acredito que o artigo 16 também vai ter que especificar quais leis que estão sendo revogadas. Mas está bom. Muito obrigado. Obrigado, professor Adriel, pela contribuição, aos nobres também. Quero passar agora a fala

ao nosso vereador João Dubar. O senhor tem alguma pergunta? Boa noite a todos. Secretário de Obra, diretora, com essa projeção do PPA para 2026, tem como a Secretaria de Obra dar andamento a infraestrutura como recapeamento, boca de lobo entupido, tampa-buraco, essas coisas da cidade. O IPPA está... Você acha que dá para dar andamento nessas coisas? Que nem Jardim Vitória, ali as ruas estão todas danificadas. Então, nossa cidade precisa dessa atenção nessas partes de infraestrutura da cidade. Boa noite, João. Vamos lá. Sim. Na verdade, faz parte do plano de governo do Murilo também, cuidar um pouco mais das partes de vias. Esse ano, nós temos feito o que conseguimos, na verdade. Nós pegamos muita coisa há muito tempo sem feita manutenção, e não é só sobre asfalto, é sobre as vias de terra também, as vias rurais, os bairros que têm ruas de terra ainda, bairros que ficaram anos sem manutenção. E aí a gente teve que, esse ano inteiro, fazer um cronograma para conseguir trabalhar com as nossas máquinas, junto com as máquinas alugadas. A gente conseguiu recondicionar algumas máquinas nossas que estavam paradas também, para conseguir colocá-las para trabalhar. Tapa-buraco já vem acontecendo em três etapas. A gente tem uma limitação financeira ainda com relação a isso, mas estamos fazendo o possível esse ano. mas, como é muita coisa a ser feita, às vezes demora um pouquinho. Mas, sim, já está no nosso orçamento, no nosso plano, uma parte do orçamento só para tapa-buraco, uma parte do orçamento só para manutenção de vias de terra e parte de recape também. Mas a parte do recape volta também um pouco na pavimentação que eu falei com o vereador Josuel. Para fazer recape, precisamos de licitação de empresas e verbas. Então, a gente consegue recapilar, por exemplo, se você trazer uma verba de 500 mil para nós e delimitar um local, eu quero que isso aqui seja usado em tal bairro, a gente vai fazer todo o projeto, vai fazer o levantamento de custos e vai conseguir usar os 500 mil que você destinou para aquele local. E aí, o que tiver a mais, vamos supor que ficou 550, entra para a prefeitura como contrapartida, e isso também está previsto no nosso orçamento para o ano que vem. Respondido a sua pergunta, nobre. É isso, Secretário. Muito obrigado. Maravilha. Muito obrigado, vereador João Dubar. Agora, passando a palavra para a vereadora Valda Farmácia. Boa noite, seu Presidente Rogerio. Na sua presença, cumprimento a todos os vereadores e vereadoras. Em nome da doutora Lúcia, cumprimento todos os Secretários e todos que nos assistem aqui. Doutora Denise, até a ID está aí também. Seja bem-vinda. Vamos lá. Eu dei uma estudada, o Jair bem explanou. Jair, muito obrigada. Essa audiência pública é muito importante para todos que nos assistem. Vamos lá. Eu procurei me atentar, em especial, à pasta da saúde, que é uma pasta que eu luto bastante, que eu sempre atuei. Vamos lá. Pude observar poucos avanços para o funcionalismo, mas esperamos que, no transcorrer dos anos, as coisas possam ser diferentes. Foi a mesma pergunta que o Adriel fez. Temos nossos servidores, de uma forma geral, valorizados. Queremos que eles sejam bem valorizados pelo governo, como eles merecem, como eles trabalham. Então, quando a questão agora é saúde, eu vou ser mais um pouco questionadora. Infelizmente, o nosso Secretário não está presente para responder para essa vereadora. É inaceitável. É uma das segundas pastas mais importantes do nosso município e ele não comparece. Mas está bom, vamos lá. Fora realizada uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde para apresentação e discussão do PPA da Saúde aqui na Câmara Municipal, no dia 30 de outubro, praticamente o último dia para entregar o projeto do PPA na casa. Nessa reunião, essa vereadora estava presente. O vereador Bruno Leite estava também, assim como o senhor Secretário de Saúde e demais membros que compõem o referido conselho. Foram amplamente discutidos, junto ao PPA da

Saúde, que estava sendo tratado exclusivamente naquela reunião sobre investimentos e ações voltadas aos autistas e portadores de necessidades especiais. No entanto, eu ajudei a redigir. E eu não vi projeção nenhuma na PPA. Fora solicitado por essa vereadora, bem como outros presentes para investimentos no centro de atendimento ou algo semelhante para esse público e fora crescido pela funcionária Raquel, que eu ajudei ela até a escrever. Era quem estava cuidando da digitação naquele momento, bem como outras ações voltadas para esse público. E, pasmem, não vi aqui nem mencionado. é uma causa muito importante, que eu já conversei com o Secretário de Saúde, Desenvolvimento Social, e não vi projeção nenhuma. É justo isso? Não colocar nada para esse público? A minha Emenda impositiva desse ano não foi concluída ainda, que é para um centro de referência. No entanto, quando estávamos discutindo em reunião no conselho, o Secretário falou assim, a gente poderia fazer a casa do autista. Beleza, a casa do autista. Ele quis colocar também uma... que a gente não tem, que a gente paga para capivari, uma PAI. Não projetou nada aqui, nada para inclusão. Vergonhoso. Tivemos aí projeção de quatro anos e nada para inclusão? Nada mesmo? Alguém da Secretaria de Saúde veio? para explicar para essa vereadora? Ou a Secretaria de Finanças pode responder? Porque foi no Conselho Extraordinário do Conselho Municipal de Saúde, como já disse. E também pude observar que, estruturalmente, a lei fora bem apresentada, mas eu concordo com o meu colega, que eu também fui muito tempo da Comissão de Justiça e Redação, que esses artigos temos que corrigir. Infelizmente, o Executivo não pode mais retirar o projeto, então, vai ficar com nobres vereadores. A Comissão de Justiça pode fazer as Emendas, porque é a função da Comissão de Justiça, junto com a de Finanças. Já fizemos várias vezes isso aqui. Não é a primeira vez, não é, professor Adriel? Nunca vem enxuto para nós. Aí foram apresentadas, dentro das formalidades necessárias, anexos enviados corretamente, como eu disse. Mas existe um intento dessa administração de fazer a coisa certa. Mas, infelizmente, não é todos os projetos que protocolam nessa casa. Haja visto que, de parcelamento da IPREMOR, que veio sem anexos algum, e depois fora colocado no sistema um documento sem formalidades. Isso é vergonhoso para um executivo. Quando eu falo formalidades legais exigidas por um timbre da prefeitura, como vamos olhar lá e saber de quem veio, quem fez? Não tem como. Mas vamos lá. Diante dos presentes instrumentos legais que estamos aqui discutindo e trabalhando em cima deles, pois estamos tratando do futuro da nossa Montemor, discutindo o futuro da nossa gente, do futuro da nossa saúde, da nossa educação, segurança e todas as demais áreas que envolvem as boas práticas de gestão e administração pública. Gostaria de fazer uma pergunta que não consegui vislumbrar no escopo de todo o material analisado. Qual é o valor total em numerários explícitos do poder e investimento da máquina pública em obras novas, tipo asfaltos, escolas, creches, postos de saúde, ou seja, o poder de investimento com recursos próprios, sem se apoiar em Emendas parlamentares que vocês estão falando, porque cada Secretário aqui, não é só nós vereadores que temos que buscar Emendas, os Secretários também dão pasta. Também pode ir para Brasília e correr atrás das suas Emendas. Então, não é só nós vereadores, não é colocar, vocês têm que fazer a sua parte, nós fazemos, mas os secretariados também podem, o prefeito traz um monte de recurso. Então, se trabalhamos juntos, a gente consegue. Aí eu vejo aqui, vou me estender um pouco aqui, senhor Presidente. Na secretaria, isso aqui, eu vou falar que é recorde. Eu espero que, eu não vi também aqui, Secretaria de Desenvolvimento Social, que é a pasta da nossa primeira-dama. O valor de projeção é R\$ 65 milhões de quatro anos. Eu nunca vi. Geralmente era R\$ 8 mil. Então, R\$ 65 milhões? Cadê o

planejamento, o projeto para esse montante, desse valor aqui na projeção? Não tem. Então, eu quero, por gentileza, alguém como Secretário de saúde não está presente, responda essas perguntas para essas vereadoras. E o restante, os nobres vereadores já perguntaram, que principalmente a infraestrutura do nosso município, que precisamos de muita infraestrutura, as bocas de lobos muito entupidas, e principalmente um plano de ação para nossas enchentes, que tanto, desde que eu sou vereadora, a gente vem lutando para ter. Muito obrigada. Maravilha, vereadora. Obrigado pela contribuição. Quem se habilita? Senhor Presidente, vou responder partes da pergunta da vereadora Val. Depois, meus nobres colegas também poderão responder outras partes. Vereadora Val, sim, o prefeito Murilo e a sua administração administração estão empenhadas na valorização do servidor público, tanto é que esse ano, além da reposição infracionária, houve um ganho, houve um aumento real. Trabalhando junto com a RH no dia a dia, a prefeitura vinha pagando convênio para 60 mortos. Nós descobrimos isso. 60 mortos, servidores que morreram há anos. A prefeitura ainda vinha pagando convênios. Então, esse erro vinha de administrações passadas. E nós descobrimos isso e cancelamos esses convênios. Nós estamos pagando hora extra de banco de horas, desde de 2018, então de duas administrações atrás, 2018/2019, 2020/2021, 2022, estamos pagando licença-prêmio de 2023. É uma forma da gente valorizar o servidor, porque ele conta com esse dinheiro, ele trabalhou, ele tem todo o direito de receber. Então o prefeito Murilo determinou, mesmo que seja pouco, mês a mês, nós estamos pagando. A doutora Lúcia é testemunha disso, junto com a RH, ela está ali, dia a dia. Secretarias. Estamos fazendo uma atualização do quadro de funcionários, porque hoje a gente olha lá o nome da pessoa, ele foi contratado para a Secretaria de Obras, quando vai ver, está lá no meio ambiente, está lá na defesa civil, então nós estamos atualizando o local de trabalho. Nós temos um engenheiro de trabalho que, no seu dia a dia, está indo nos locais averiguar a questão da insalubridade, da periculosidade, temos muitas solicitações de pagamentos sobre isso, então o engenheiro de trabalho vai, ele faz a avaliação, junto com o departamento jurídico, é encaminhado para a URH. Então, o servidor público está sendo valorizado, questão de vestimenta. Então, estou respondendo nesse momento a questão do servidor público. Nós estamos valorizando o concurso, os concursos vigentes. Convocamos, senhor Presidente Rogerio, várias pessoas que tinham prestado concurso, pedreiros zeram a fila, motoristas zeram a fila, médicos, agentes de endemias, muitas pessoas, professores, cuidadores. Então, nós chamamos, convocamos as pessoas que estavam ali aguardando essa oportunidade para poder melhorar o quadro, para poder servir melhor a população. Então, nessa parte do servidor... Nobre vereadora, com relação ao orçamento do desenvolvimento, que a senhora falou de 69 milhões, 65, é a soma dos quatro anos, mas fazendo uma comparação, o inicial de 2025 foi aproximadamente 13 milhões, arredondando, para a Secretaria de Desenvolvimento. A dotação atualizada desse ano já está em 13,600 e a previsão para o ano que vem, 15. Então, comparando com a inicial desse ano, era 13. Está mantendo, exatamente. Sim, André, eu falei do PPA. É isso que eu falei, quatro anos. Só que não tem essa estimativa, esses projetos, como ela vai trabalhar. Todos aqui, por exemplo, eu estou olhando aqui na saúde, que ninguém vai me responder mesmo. A saúde. Aqui tem uma projeção de uma construção do AUBS no Jardim Nova Alvorada. Projeção 2.542.000. Vamos lá. Tem mais aqui. Mais uma construção de unidade básica de saúde. Só que aqui a projeção é menor. É 1.000 em 2027. Aqui tem a projeção de 2026, uma AUBS de 2.500.000. e para 2027, mais uma OBS, mas não especifica aonde, 1 milhão e 800. Então, essas projeções têm que vir... Não, eu estou falando essa da saúde.

Então, é isso que a gente pede, por exemplo, Veio a projeção Até 13 mil Que você falou da Secretaria de Desenvolvimento Social Não veio mostrado para nós também Os programas O que foi feito Isso tem que ser vindo descrito O detalhamento O detalhamento No PPA realmente ele não vem Ele é na LOA Então na LOA de 2026 Tem todo O Jair também pode falar sobre isso. A LOA, que é a peça orçamentária que detalha, por ficha, por projeto, detalhadinho, cada um, vamos dizer assim, separadinho. O PPA, não. O PPA é só por programa e ação. Então, é isso. E a gente segue a legislação. Lá, no ano que vem, a gente vai detalhar a LOA de 27. Em 27, é de 28 e assim sucessivamente. no PPA ele é por programa e ação ele é valor fechado eu entendi mas da saúde por exemplo muito obrigada pela explanação mas eu não fico feliz porque a inclusão vai esperar o ano que vem de novo? Novamente? então muito obrigada e eu esperaria que a gente está aqui como a gente fazia o ano passado o Jair fez uma explanação, mas era o correto, era cada Secretário falar um pouco da sua pasta, que aí nós tirávamos as nossas dúvidas, como nós sempre fizemos, a Josi sempre esteve aqui e sempre foi assim. Obrigada, Presidente. Senhor Presidente, posso falar sobre a saúde um pouco? Vereadora Val, sobre a saúde, está havendo um investimento tanto é que a compra de remédios hoje a gente praticamente não vê a reclamação da falta de remédios quando nós começamos há 10 meses atrás, realmente o estoque de medicamentos não está faltando está sim até insulina o povo está sem insulina eu vou mostrar meu celular para o senhor Chegou hoje, está bom? A insulina, são vários tipos de insulina, só para os vereadores terem noção. Mas assim, não pode deixar faltar um dia. Vereadora, deixa o espaço da fala do Secretário, depois a gente volta para a senhora questionar, por favor. São vários tipos de insulina, quem usa o medicamento sabe. E um dos tipos, talvez o mais usual, que usa uma caneta, que estava faltando. Nesse meio tempo estava em falta no estado de São Paulo E nós fomos atrás, não era só em Montemor que estava faltando E esses medicamentos chegaram hoje Na questão dos autistas, das crianças especiais Não é porque não está detalhado, como a Secretária Josiane falou Que não é nesse momento que vai fazer o detalhe que não está ali no orçamento da saúde. Nós estamos, sim, buscando essa forma de construir, de criar esse centro de reabilitação, com a sua Emenda impositiva, que vai ser muito importante, e, no momento, vai ser divulgado essa soma do governo com a Emenda impositiva. Com a construção, com a retomada da escola do Quinhões, e hoje nós estivemos lá, o pessoal de obras já estava em todo vapor, que estava parado há muitos anos, nós temos um plano. É só que tem coisas que a gente só gosta, como o prefeito Murilo gosta de dizer, quando está acontecendo. E aí nós vamos divulgar esse plano que nós temos, essa ideia, quando ela estiver acontecendo. E nós teremos esse centro de reabilitação, então nós estamos buscando, estamos pensando, junto com a Secretaria da Assistência também, que acaba envolvendo assistência e saúde junto para a gente cuidar dessas famílias que têm as crianças especiais. e, como vocês podem observar, nós mudamos o prédio da saúde, que era um lugar longe, as pessoas tinham dificuldade de acesso. O prédio, infelizmente, que estava lá já há algum tempo, tinha salas que não tinham internet. Vereador Bruno, nós fomos fazer a visita, e a farmácia de judicialização, a pessoa não fazia o lançamento dos medicamentos, ela não tinha esse controle, porque não tinha internet na sala, porque só tinha um ponto de internet que não abrangia todo o prédio. E outras dificuldades, ventilação, ar-condicionado e tal, nós decidimos mudar o prédio para melhor favorecer a população que está ali na avenida agora, e também melhorar o ambiente de trabalho do servidor. O Secretário não pôde realmente estar aqui hoje Está em um evento fora Junto com a Secretária Da assistência

social Milena Do meio ambiente, a Tereza A doutora Talita Já estava marcando esse evento Pode ver nas redes sociais Com a Secretária estadual De meio ambiente Onde todos os Secretários Que está envolvido Um programa do governo estadual eles estão lá, não deu tempo de chegar aqui, mas avisaram a gente. Então, por isso que estão faltando alguns Secretários, mas o prefeito pediu para que todos viessem. Maravilha. Vereadora, só para ressaltar, porque a senhora citou sobre a UBS, que é para a informação de todos, acho que a Bárbara sabe disso, que é a Estação de Obras, do Nova Vorada, esse valor veio via governo federal. E lá no São Sebastião foi o mesmo valor, mas quando é feita a licitação, é o menor preço que ganha. Deu mais ou menos esse valor de 1 milhão e 800 e pouco também que ganhou lá. Então, o recuo já está garantido pelo governo federal, não entra na despesa do nosso município. Esse aí já matamos. Senhor Presidente, posso falar um pouquinho? Muito obrigada, Presidente. Isso o senhor já tinha noticiado aqui, então, eu falei só da projeção para 2027, a diferença. Então, essa já conseguimos pelo Lula. Mas, bom, muito obrigada, Wanderlei, pelas explicações. Muito obrigada, Josi. Acho que você quer falar alguma coisa. Eu quero aqui mandar um abraço para o nosso ex-Presidente, aqui, Altran, presente. Obrigada aí. Obrigada a todos. Obrigado, viu, querida? Também quero cumprimentar aqui o nosso ex-vereador, Altran. Um forte abraço, querido, porque está aqui no nosso recinto contribuindo com o nosso município. Bárbara, por favor. Eu só queria, primeiramente, pedir perdão para o João, que eu esqueci de falar sobre a parte dos bueiros. Nós temos hoje, como o Vanderlei falou, a gente tinha muitas pessoas em obras que estavam espalhadas e a gente está tentando reestruturar isso. E como parte dessa reestruturação, a gente fez equipes. Então, algumas equipes nossas cuidam só da saúde, outras da educação, outras fazem emergenciais, prédios públicos, e a gente tem uma equipe grande, que inclusive é a maior, que faz limpeza de bueiros, que faz manutenção das vias, reconstrução de pontes, como, por exemplo, as pontes de madeira que tinham a Ponte do Padre, Ponte Miracatu, é essa equipe grande que faz esses serviços. E os bueiros também estão inclusos nessa equipe. E a gente faz a limpeza, obviamente, mas a gente também tenta, acho que é uma primícia da Secretaria de Obras hoje, é que a gente pare de fazer paliativo, e que a gente comece a fazer serviços que realmente são efetivos. Então, a gente já resolveu vários problemas de drenagem, problemas de bueiros entupidos, que nunca que vinha uma chuva entupia de novo, ou tinha que refazer alguma tubulação. A gente bate na tecla que a gente precisa fazer o negócio inteiro certo. Então, a gente tem uma equipe que faz limpeza de bueiros. Com relação à parte de Emendas que eu falei, a gente pede para que os senhores nos ajudem, mas muitas coisas que estávamos ficando para trás, a gente está retomando agora, a gente não está mais perdendo convênios, por exemplo, quando vem, a gente já se inscreveu em PACs, a gente já se inscreveu na habitação, a gente conseguiu habitação para a cidade de 150 apartamentos a princípio, e agora estamos conseguindo mais 50. Então, a Secretaria de Obras tem feito o seu papel no que nos cabe nessa parte, de conseguir aproveitar todas as oportunidades que nós temos. Vereador Bruno Leite. Uma boa noite a todos. Em nome da doutora Lúcia, cumprimento todas as mulheres, todos os Secretários, vereadores, público aqui presente. Dizer que essa audiência é uma das mais importantes dentro do nosso município, onde nós tratamos de recurso, receita estimada e a projeção do que nós podemos dar transparência para a população do que, digamos, dos passos que nós vamos ter daqui para frente. Dizer que esse orçamento de 2026, ele é um orçamento do prefeito Murilo Rinaldo, ele não é um orçamento do ex-prefeito Edivaldo Brisco, qual que nós estamos trabalhando hoje, nós

estamos ainda trabalhando com o orçamento do passado, a receita estimativa projetada pelo ex-prefeito ainda, e essa, para 2026, é a receita do prefeito Murilo Rinaldo. Vamos lá. Nós temos um problema crônico no município quando se trata de enchentes e alagamentos no nosso município. Eu vi aqui que a defesa civil, a projeção para 2026, é de R\$ 1.991.000. Ao meu ver, uma cidade que tem um problema crônico relacionado a enchente é muito pouco. Nós temos cerca de R\$ 165.000 mensais para a defesa civil, obras, sem contar obras. Então, eu gostaria de saber, primeiro passo, qual é o plano de ação da defesa civil em combate à ação dessas enchentes, plano de ação emergencial para essas pessoas, para que a gente possa dar transparência nesse sentido e demonstrar o ano de 2026, essa projeção do prefeito Bruno Linaldo. E obras também. Nós temos aí um programa do governo do Estado, do desastramento do rio Capivari, nós estamos na terceira fase, eu falo com propriedade no assunto que eu conheço, estive lá no DAE buscando informações de toda a contrapartida do município, desde a segunda fase, desde a primeira e agora da terceira também. Então, são obras do governo do Estado, e eu gostaria de saber, em relação a obras, nós temos um projeto de macro-denagem dentro do município, que é de 2012, ele precisa ser revisto, ele precisa ser um projeto novo, para que a gente possa resolver esse problema, a curto, médio e longo prazo. Então, é muito importante para uma cidade que sofre há décadas com esse serviço. Quando a gente fala do arroz com feijão, de ações básicas, como desde uma limpeza de bueiro, de uma recuperação de alguma ponte, enfim, de um plantio de vegetação, nós temos, sim, por obrigação dentro do município, e nós não podemos ficar na dependência do Estado para isso. Principalmente as certidões ambientais, o próprio governo do Estado liberou, junto com o Guáima, liberou essas certidões para que o município tenha autonomia de fazer isso sem precisar do governo do Estado. Então é muito importante avançarmos nesse sentido. Isso é um ponto. Outra coisa importantíssima é sobre convênios, que nós não podemos perder convênios nenhum. Nós temos a projeção aqui para a educação, Então, Wanderlei Soares, você como chefe de gabinete, de mais de 25%, nós temos uma projeção de 28%. No passado, nós estivemos em audiência pública aqui, está aqui o representante da educação, o qual nós questionamos um problema que a gente sofre também no município, escolas da década de 90, da década de 80, e que não tem reforma, não tem projeção de reforma dentro do município, o Fundeb é para usar para um recurso, o recurso é muito pouco, e não foi reformado uma escola. Então, isso, com a projeção, com o projeto, enfim, já é difícil. E tudo que a gente fala que não tem pactuação, se não tem pactuação, eu não acredito que vai acontecer, porque não está pactuado. Quando o dinheiro, nós temos excesso de arrecadação, o dinheiro só serve para uma coisa, para pagamento de dívida. Agora, o que está pactuado, eu acredito, e ainda fica difícil de acreditar. Então, Montemor é uma cidade que cresceu desordenadamente, nós temos um problema muito no município de esgoto, tratamento de esgoto, asfalto. Temos bairros que foram nos presenteados, como São Sebastião, Santa Clara, que é um absurdo não ter água ainda. Acho que vocês não são de Montemor, não conhecem a nossa realidade. Mas só para vocês entenderem que Montemor é uma cidade de 240 quilômetros quadrados, maior que Hortolândia, e Hortolândia com um PIB muito maior que o nosso. Mas por quê? Porque houve esse planejamento. Então, se a gente planejar em união, conseguir fazer muita coisa, a cidade cresce. Agora, o que não dá também, o que a Avó relacionou aqui é muito importante em relação a isso. Nós tivemos um, já estou finalizando, nós tivemos um problema no passado muito grande que, quando a gente questionava os Secretários, eu já escutei de Secretário assim, mas, espera aí, é só você

trazer Emenda para a cidade. Quem falou que o vereador tem que trazer Emenda para a cidade? A maior prerrogativa do vereador é fiscalizar o Poder Executivo, propor Projeto de Lei que beneficie a população. Então, Emenda é só o que a gente pode fazer para ajudar, e a gente faz. Então, uma prerrogativa agora dos Secretários é propor projetos. Se tiver projeto, pode me entregar, não tem problema nenhum nisso. Quando eu vou para Brasília, eu vou com maior satisfação, e eu sempre passo, todo dia eu conversei com a Andressa, pedi um projeto para ela, ela disse que já vai fazer para mim, ela já tinha pronto, já tinha elaborado algum projeto. Perguntei para o Secretário de Segurança também, porque quando a gente vai para Brasília, A gente quer ir com o projeto na mão. Quando a gente tem um projeto, o recurso vem. É muito mais fácil. Tudo isso a gente tem com a doutora Lúcia. Ela está elaborando mil projetos. Parabéns, doutora Lúcia, pela capacidade da senhora, pelo trabalho que a senhora vem realizando. Porque sempre que eu ando no centro para conversar com a senhora, eu aprendo muito mais. Então, parabéns pela sua dedicação e pelo seu trabalho realizado no município. Então, ela tem vários projetos. E, quando for para o Brasil, eu vou pegar os projetos dela, as ideias dela, para que a gente possa captar esses recursos e trazer recursos para Montemor. Então, acho que isso é muito importante. Então, a parte de obras de defesa civil, o que a gente tem para resolver esse problema cônico no município relacionado às enchentes? Eu acho que o maior problema do município hoje, ele não é recurso, ele é planejamento. Nós temos estados dentro do país, cidades que, com planejamento curto, médio prazo, conseguiam sair da lama. Mas, se não tiver planejamento, não tiver paculação, e o recurso não vim, quando tiver recesso de arrecadação, para que possamos cumprir tudo isso aqui que foi prometido para o povo. Em relação, só para me finalizar, senhor Presidente, em relação à causa animal. A causa animal é pertencente ao bem-estar animal, à Secretaria de Meio Ambiente e à Agricultura. Aprovamos recentemente um Projeto de Lei para que a causa animal fosse para a saúde. Por quê? Muitos recursos de alguns Deputados, até da causa animal, ele é pertencente à saúde. e você não consegue essa transferência direta. Então, nós voltamos a causa animal para a área da saúde para que a gente possa captar esses recursos agora e para que a gente possa colher os frutos, porque também temos uma dificuldade enorme com a causa animal e agora, com essa projeção e com essa arrecadação a mais no teto e com essa projeção, não é possível que a gente venha a passar dificuldade. Se está tudo planejado aqui, se está tudo aqui, não é difícil das coisas acontecerem. e um projeto de empréstimo hoje, do jeito que anda o país, do jeito que anda o município, não é viável de forma alguma um endividamento para o nosso município. Se a gente não está conseguindo resolver muitas coisas, imagina com um endividamento desse. Então, acho que, se a gente conseguir se projetar e realizar tudo isso aqui, acho que o município consegue crescer muito mais da margem desejada. No mais, é só. Obrigado, Presidente, pela oportunidade. Boa noite a todos. Boa noite a todos os vereadores e vereadoras, aos nobres Secretários que aqui estão, àqueles que estão nos assistindo. Bruno, nobre vereador Bruno, acho que a fala que o senhor teve, ela é, nesse momento, a questão do planejamento. Eu assumi a pasta agora recentemente em abril e nunca houve um planejamento de defesa civil em Montemor. Nós temos uma cidade que sofre com inundação já há muito tempo e nunca houve essa questão do planejamento. Esse ano todo nós estamos lutando, tivemos um planejamento, por exemplo, vou dar um exemplo aqui para o senhor, sobre a questão dos incêndios. Monte Mor nunca fez um planejamento, por exemplo, para a operação estiagem. Esse ano nós fizemos, inclusive com o decreto da operação estiagem. Com isso nós conseguimos reduzir quase 70% de

grandes incêndios no município. Às vezes a pessoa fala, nossa, 70% dos grandes incêndios no município são incêndios que têm mais de 30 metros de comprimento e 1 metro de... Então é muita coisa, não é pouca coisa. E nós estamos já planejando a questão da operação chuvas de verão. Primeira vez que Montemar começa a planejar isso. O professor Adriel não se encontra aí. Eu vi que ele fez uma... Eu vi hoje que ele fez um projeto, me mandou, sobre um plano de contingência. o Executivo já está trabalhando nesse plano de contingência, saiu o decreto, não sei se passou pelos senhores, o 6757, foi do dia 17 de outubro, elegendo o comitê desse plano de contingência que nós estamos elaborando entre as secretarias. Foi a primeira vez na história de Montemar que você coloca todas as secretarias para tratar a respeito disso. Então nós vamos planejar esse plano de contingência. Dentro do decreto já estão algumas ações que o comitê vai tomar, como atribuições de secretarias nunca foi definido isso a questão também que o senhor colocou a respeito dos assoreamentos do rio infelizmente nós perdemos a parte, a fase 1 e a fase 2 são 12 milhões e meio de reais foram perdidos da fase 1 e fase 2 a fase 3 ela está, já acabou capovinha progresso, está no aterrado agora então, parte do aterrado ali no fundo de São Tomé está sendo feito nesse momento já está sendo feito já os estudos, levantamento da nova área que vai pegar do córrego central até a ponte ali, as duas pontes do cemitério, na Siqueira Campos. Essa projeção já é para o SP Águas, já para aprovação do SP Águas. Um projeto como esse de 12 milhões e meio de reais ele requer investimento do município, infelizmente como foi colocado aqui, o município não conta ainda com esse valor para fazer esse investimento, nós contamos sim com o apoio do governo do estado de São Paulo. o prefeito tem ido conversar lá com o Governador segunda-feira nós vamos ter uma reunião da Câmara Temática aqui da Defesa Civil exatamente aqui na Câmara está vindo uma representante do SP Agos para conversar com a gente ela vai, a Coronel Cláudia então assim, a gente está planejando pela primeira vez Multimóvel está sentando e conversando e esse planejamento está saindo a respeito das obras eu posso me colocar à disposição da Câmara para falar a respeito, fico à disposição dos senhores aqui para passar, porque é interessante quando eu cheguei aqui em Montemar as pessoas desconheciam que Montemar possui uma carta de sustentabilidade de inundação e que nós temos um mapeamento de risco de outubro de 2023 e eu vi que muitas pessoas não conhecem esse mapeamento de risco, não sabem nem as manchas de inundação que nós temos em Montemar Montemar é uma cidade que tem um declive para vazão de água muito ruim e nós temos uma concentração de água no centro, isso é o pior então nós temos uma concentração de água, o centro aqui ou a parte mais baixa é onde espraia realmente a água e a questão do plano diretor que deve ser feito aí para a questão da expansão territorial de novos loteamentos, nós temos que pensar nisso também na revisão do plano diretor, ele vai ser muito contundente na questão do planejamento a médio e longo prazo das enchentes no município e isso aqui está sendo planejado pela administração atual. Sobre obras, a gente pode falar, eu posso colocar aqui, que nós tivemos um projeto de construção de pontes, o Vanderlei está ali, eu fui para São Paulo junto com o Secretário de obras, e nós perdemos uma verba da Defesa Civil do Estado por falta de apresentar o projeto. Já estava tudo certo, as certidões foram tiradas, o projeto estrutural da ponte, e não foi apresentado no governo do estado esse projeto no tempo hábil. Apesar das certidões se tiradas, a parte estrutural do projeto está lá contando as pontes, que é a ponte da Sinter da Rua Nível, lá no Chacras Planalto. Perdemos o prazo e perdemos a verba, cerca de 8 milhões e meio. Então a Secretaria de Planejamento e Obras está retomando esse projeto, tem que fazer pesquisa de

solo novamente, está tudo vencido, e nós temos aí essa parceria com o governo do estado que eu tenho certeza que vai dar certo por aqui e não me acho vamos lá, primeiro que quando você fala em planejamento que nunca teve é até difícil falar isso porque o atual prefeito é ex-Secretário de defesa civil foi Secretário de defesa civil e quando a gente fala de planejamento de ação a gente fala em equipamentos também eu falo com dificuldade porque nós atuamos Eu tenho familiares que moram em áreas de enchente Estive socorrendo o pessoal com muita dedicação E a Defesa Civil sequer tinha um barco A Defesa Civil sequer tinha bote Eu quase perdi a vida na Faria de Calil Tive que segurar no lugar para tentar ajudar uma pessoa Que estava acamada Recém-operada uma cirurgia de câncer Nós fomos lá socorrer Erguer essa pessoa para que ela não morresse Acabamos quase perdendo a vida encontramos o pessoal do bombeiro do Estado, por isso que é importante o bombeiro do Estado estar dentro do município. Enfim, são equipamentos. Então, é preciso que essa projeção, também dentro dessa receita da sua secretaria, esteja não só o plano de ação, mas como compra de equipamentos permanentes que podem, nesse caso, nesse problema econômico que nós temos, salvar vidas. Outro assunto importante, o crescimento desordenado do nosso município. Entreguei na mão do ex-prefeito, Estou deixando na mão do Secretário atual um plano, um projeto chamado Grapoab Municipal. Ele direciona o crescimento ordenado dentro do município. Não tem problema nenhum as loteadoras, as incorporadoras que querem ingressar no nosso município, desde que cumpra algumas obrigações, porque, senão, a gente nunca vai colher os bons frutos. Quantos loteamentos foram aprovados e não passa pelo crivo desta casa? Só em dezembro, mais de 14 loteamentos aprovados em Montemorno. E qual é a conta partida do município? Porque em outras cidades, a abertura de novos loteamentos passa pela Câmara Municipal. Aqui não. Aqui não passa. Então, a gente fica sabendo quando a gente vê alguma reportagem ou algo do tipo. Então, não passa por aqui. Então, é muito difícil. E quando você fala do SP Águas, é importante a gente dar transparência para que as pessoas possam vir. eu falo com propriedade no assunto, eu estive lá no DAE cobrando e fiscalizando a contrapartida dentro do município na primeira e segunda fase. E nós tivemos a resposta e documentado que a prefeitura, na época, cumpriu com as suas contrapartidas. Aí nós cobramos, mas eu não estou vendo a contrapartida, cobramos a parte de reflorestamento de margem, a parte de contenção e escoamento das águas. Então, o próprio DOE informou-nos, via documento oficial, que aquela contrapartida foi. Agora, a terceira fase é outra contrapartida, a qual nós vamos também estar cobrando. Mas é importante isso, veja bem, para que a gente possa se programar e vir, e, no futuro, colher bons frutos, porque, senão, a gente vai ficar discutindo o orçamento, o orçamento, todas essas coisas, a gente não vai conseguir. Mas, obrigado, Daniel, pela sua explanação. Eu me coloco à disposição para ajudar e que você possa elaborar um plano de ação muito bem feito, que a gente consiga, pelo menos a sua secretaria, que é uma secretaria que trata o desastre depois que ele acontece, é algo de previsão, que a gente não tem previsão, essas catástrofes, mas que a sua secretaria possa estar bem equipada para atender a população, porque não dá para uma cidade que sofre há mais de 40 anos com problema crônico de enchente, não ter um bote, não ter um barco, para que a gente possa salvar vidas. Só completando, o orçamento está incluindo a questão da estação de bombeiros aqui de Montemor Então dentro desse orçamento já está incluso a instalação da estação de bombeiros de Montemor Qual o problema? Nós temos dois problemas aí Efetivo, o próprio corpo de bombeiros não tem efetivo para estar colocando aqui O convênio com o

estado seria um de 15 homens do corpo de bombeiros do estado Para estarem atuando aqui em Montemor Nós não temos esse contingente disponível pelo Estado. Há uma negociação, o novo coronel que assumiu, que é o coronel Diógenes Muniz, ele já entrou em contato com o prefeito, já eles estão trabalhando para tirar esse contingente da Polícia Militar, que eles são vinculados à Polícia Militar, para estarem atendendo os municípios aí. Então, enquanto nós não tivemos esse contingente da Polícia Militar Estadual, nós não conseguimos instalar o corpo de bombeiros estadual aqui em Montemor, mas já está previsto no orçamento. Boa noite, vereador Bruno. Até você falou agora sobre os loteamentos, é uma coisa que eu ia mencionar a respeito, inclusive das macro ordenagens, porque esse crescimento desordenado, ele influencia diretamente nisso. Nós temos uma empresa que está ajudando a gente a fazer a revisão do plano diretor esse ano todo já. A gente precisa urgentemente rever esse plano diretor, porque a macrodrenagem definida nele já não atende mais o município. Eu não sei se você vai se lembrar, mas, em janeiro, foi feito um decreto cancelando a entrada de novos loteamentos no município, exatamente por isso. Porque, quando a gente chegou, a gente viu a situação que estava, quantos loteamentos tinham aprovados sem projetos de drenagem, sem os projetos devidos, sem aprovações da Grapoab, por exemplo. E aí a gente falou, não, a gente barra tudo, vamos estudar todos novamente exatamente por isso. Existiam loteamentos que não tinham prazo para contrapartida, não existiam contrapartidas, e hoje a gente exige a contrapartida antes da entrega do TVO, por exemplo. A gente exige a contrapartida antes até mesmo de começar a construir o loteamento, ou junto, e sempre com coisas que beneficiem o município, e não ao empreendimento, ou as pessoas que vão morar no empreendimento. E isso daí é uma coisa que a gente está tentando estudar também por causa disso Porque os loteamentos irregulares também que tiveram na cidade Eles acabam sobrecarregando as nossas redes As nossas infraestruturas, as nossas redes de drenagem Então isso daí tudo vai ter que ser estudado novamente Vai ter que ser feito novamente o projeto de macrodrenagem Junto com o meio ambiente Nós já temos alguns estudos A Maria Tereza também já está trabalhando nisso e vamos ter que fazer novamente e temos em vista isso com certeza. Nós estamos com o plano diretor defasado no município desde 2016. A projeção no mandato passado, que teve uma construção do plano diretor, está parado ainda. É importante a construção do plano diretor, para que a gente tenha diretrizes para tratar o assunto conforme você falou. Outra coisa importantíssima, para você ver como é, o plano de macrodrenagem, última revisão, 2012. e aonde, isso eu falo porque eu participei, estive no DAE, aonde é aquele terreno pertencente à educação, na Avenida Ayrton Senna, ali, naquele plano de macrodrenagem, se encaixava um piscinão e foi aterrado aquele local. Então, precisa fazer uma revisão novamente. E a gente até questionou o DAE, a supervisora do DAE, nesse quesito, ela falou, não, foi prerrogativa do prefeito. É o prerrogativo do prefeito. Ali, a sugestão era uma drenagem central dentro do município, e o prefeito aterrou. Então, veja só o absurdo que é. Então, aqui fica tudo tatu com cobra, nada combina com nada. Então, se a gente não pensar grande e não trabalhar como grande para que a cidade evolua, cresça, porque, de verdade, nós, como vereadores, fazemos a nossa parte, tendo em vista, pode ver, a parte da educação, a parte que a gente vai buscar recursos, que a gente aprova, a gente apoia o prefeito nas ações para que a gente possa caminhar e avançar. Mas a gente precisa ver resultado. Eu acho que o bônus não pode ficar só com o Poder Executivo e o ônus com o Poder Legislativo. Ou a gente equilibra, na balança, caminha tudo junto para o bem comum da cidade, tendo em vista que todas as nossas Emendas impositivas é pensando na cidade, só

para a gente encerrar a questão do loteamento. Eu vou ver com o jurídico se a gente consegue fazer isso, uma Emenda dentro do próprio projeto, para que a gente possa passar qualquer liberação de loteamento dentro do município, para que passe na Câmara Municipal, para que a gente possa ter ciência e que possa ser criado esse grapoábulo municipal, que é muito importante. Vou te dar um exemplo aqui do Jardim Central Parque. Vou concluir. Central Parque, projeção para o Central Parque daqui a cinco anos. Mais de 15 mil pessoas morando no Central Parque. Tem escola lá? Povo de Saúde? Tem? E aí? Então, ou a gente começa a pensar como gente grande, ou a gente vai estar discutindo lua, projeto, orçamento, e a cidade nunca vai andar. É só uma opinião. Me coloco à disposição de vocês para ajudar, e contem comigo. Se tiver o meu alcance para fazer para ajudar, dentro das minhas prerrogativas, eu vou fazer como vereador. Obrigado, uma boa noite a todos. Obrigado, vereador Bruno, por essa contribuição. Vereador Edson Silva. Boa noite, senhor Presidente, a todos os presentes aqui. Senhor Presidente, eu gostaria de fazer dois questionamentos para Secretários diferentes. Posso fazer primeiro um e depois fazer o outro? Consegui, sem problemas. Vamos lá. Bom, vamos lá. Primeiro questionamento, na verdade, é um esclarecimento para a Secretária Josiane. Nós fizemos agora o parcelamento de uma dívida dos mandatos anteriores, onde a gente vai ter um gasto com isso de R\$ 250 mil por mês. E naquela planilha que foi entregue, está ali uma previsão de gastos mensais atualmente com o IPREMOR, em torno, mais ou menos, de 2,7 milhões. Então, na soma dos dois, em torno de 3,5 milhões, se eu entendi bem. A soma disso aí, em um ano, dá pouco menos de 40 milhões. E aqui a gente tem uma previsão de 56,5 milhões para o próximo ano. Então, eu só queria entender essa diferença de 16,5 milhões, de que forma que vai ser, como que vai ser, qual que é a previsão. E a outra questão, na verdade, é uma pergunta para a diretora Bárbara, que a gente tem visto isso mesmo, essa preocupação de não fazer os trabalhos paliativos. Por outro lado, a gente tem visto que tem sido feito muito retrabalho naquilo que a gente pode falar, por exemplo, em limpezas de bueiro em alguns lugares, e até mesmo tapa buracos. Então, conversando com algumas pessoas que têm conhecimento nessa área maior do que eu, aquilo que me foi trazido é que o trabalho que está sendo feito nos tapas-buracos não está sendo bem feito ou não está sendo feito da maneira correta. E, por isso, passamos nas ruas que há pouco tempo foram feitos esses tapas-buracos e, novamente, esses buracos estão lá, naquilo que tange a prefeitura e também naquilo que é de responsabilidade, por exemplo, da rodovia, da concessionária da rodovia. Então, ali em frente ao terminal Geraldo Benini, os buracos que foram tampados há pouco tempo já estão novamente abertos. Então, a gente vê que esse trabalho não foi bem feito. Se esse trecho é de responsabilidade da concessionária, por que a concessionária não tem a obrigação, por que a gente não exige que a concessionária faça um trabalho com a mesma qualidade que ela faz a nossa rodovia, que você vê que dura durante muito tempo. Se aquele trecho é de responsabilidade da concessionária, por que ela não faz isso? Então, assim, eu queria saber isso, entender isso de você. Se está sendo feito esse... Está sendo dada atenção a isso, a qualidade desse serviço, porque a gente tem visto que tem durado pouco tempo. Se a arrecadação é baixa, e a gente sabe que é uma arrecadação baixa, a gente não pode perder dinheiro e Emenda pagando por um retrabalho ou algo que vai durar pouco tempo. Então, a preocupação com a qualidade, eu acho que é interessante que seja um item de atenção nesse caso. Vereador, os 56 milhões que o senhor está falando é o orçamento do Instituto. O parcelamento que passou aqui na casa são as despesas que a prefeitura tem que pagar para o instituto. Então, são coisas distintas. O orçamento, esses 56

milhões, é uma previsão que o instituto faz, de acordo com as receitas e despesas, tem muitos juros, porque o valor dele em conta é enorme. Então, esses 56 milhões é a projeção do instituto, que eles mandaram para nós, tanto a arrecadação quanto a despesa. Então, são coisas distintas. É isso que o senhor... A dúvida? Ok. Estou certo. Obrigado. Imagina. Boa noite, nobre vereador. Falando um pouquinho sobre o Tapa Buraco. A gente fez a contratação da empresa da massa asfáltica em três etapas. A primeira etapa, ela foi nos fornecida, a gente fazia todo o controle do que estava sendo fornecido, e ficava uma pessoa responsável por acompanhar isso daí. Então, eles faziam o mapeamento e faziam o tapa-buraco. Quando a gente percebeu que estava começando a sair, já estava quase no final da primeira etapa. O que a gente percebeu? Que, muitas vezes, o problema estava na preparação do solo. Então, às vezes, não tinha uma limpeza ideal do solo, porque daí tinha que tirar o asfalto antigo todo, que estava quebrado, esfarelado. Não estava tendo isso. Então, a gente deslocou metade da nossa equipe de ruas para começar a fazer essa preparação. Então, hoje, a empresa vem, e a gente exigiu também da empresa a presença de um engenheiro o tempo inteiro, integral, que a empresa estiver fazendo o serviço de tapa-buraco. Então, hoje nós temos um agente da Demutran que acompanha e mapeia essas áreas, que é quem dita onde vai ser feito o tapa-buraco, nas vias principais. Temos uma equipe nossa que vai antes preparando o solo e a empresa que faz o tapa-buraco logo na sequência. Então, a gente tem trabalhado dessa forma a fim de minimizar essas questões. Isso foi executado na segunda etapa inteira. A gente percebeu que deu uma boa, melhorou bastante, e agora, na terceira etapa, novamente, a gente está trabalhando dessa forma. Então, assim, conto também com a colaboração de vocês, caso tenham alguma coisa... Ah, olha, não está ficando legal isso aqui, que venham até nós, porque, às vezes, a gente não tem mão e olho para estar em todo lugar, certo? E, em relação à etapa buraco, acho que seria mais ou menos isso. A gente aprende com os erros. Então, na primeira etapa, a gente viu onde a gente errou, na segunda etapa, a gente corrigiu, e na terceira, agora, a gente pretende que continue indo tudo bem. Só isso. Só mais um questionamento. Existe uma certa garantia que é imposta para prestadores de serviço, nesse caso? Sim, eles têm que garantir, primeiramente, a quantidade de toneladas de massa asfáltica que a gente está contratando, e também a exigência desse engenheiro exatamente para isso, porque a gente falava, olha, a massa asfáltica não está boa, mas como era uma palavra contra a outra, vamos dizer assim. Então, agora, com esse engenheiro da empresa, a gente tem um contato técnico com técnico, a gente tem um contato direto com o engenheiro. E até falando sobre as rodovias, que você tinha mencionado que eu esqueci de falar. A gente tinha uma dificuldade muito grande de contato com as rodovias. E agora isso, graças a Deus, foi sanado. O prefeito esteve na Artesp várias vezes já conversando com o pessoal de lá. E isso ajudou a gente a funilar essa relação. Então hoje a gente tem uma relação um pouco melhor, mais rápida com rodovias GT. E pode ter certeza que o que precisar cobrar eles a gente vai fazer. Ok, muito obrigado. Vereador Edson, só complementando, referente ao terminal ali. Realmente, aquela rua onde é utilizada para via de acesso à rodovia. É do município. E nesses dez meses aqui a concessionária também estava em transição. A rodovia do Tietê já foi trocada de dono três vezes. Sempre abre a questão de falência. E agora o Grupo Ápia, que assumiu a concessionária nessas visitas do prefeito conosco lá na Artesp. Então, a gente estreitou essa relação. E agora que nós estamos tendo contato com os administradores novos, que, a partir de agora, vão tomar conta aqui da concessionária, relações institucionais, para a gente poder... Nós temos empresários querendo construir as margens da rodovia, então a

gente precisa que eles também tenham acesso para poder saber ali o limite da rodovia. Nós temos relações aí, a questão do hospital, bombeiro, guarda municipal, eles também precisam da gente. E nós fizemos esse contato, o diretor lá é o Diogo, e agora nós estamos marcando um bate-papo. Ele vai trazer a equipe dele aí, para a gente se conhecer e tal, para a gente poder afinar. Hoje mesmo nós fomos ver ali, perto da entrada do Jardim Moreira, a iluminação está apagada, a população reclamou. Nós temos aí questões das entradas dos bairros, que tem buracos que precisam ser arrumados. Então, a prefeitura, às vezes, ela vai lá e faz, porque foi esperar pelo outro, demora muito. Então, agora nós estamos criando essa relação. Em relação também a uma pergunta que a vereadora Val fez, o investimento da prefeitura. Quando a gente vê ali que hoje nós estamos com menos de 50% da folha de pagamento, 40 e pouquinho, então sobra um fôlego aí. Mas aí quando a gente joga 25% na educação, 15% na saúde, então sobra 10%. Só que a gente já chegou ali no 22 da saúde Chegamos aí no 28 da educação Então, quando a gente olha assim, para o governo municipal Praticamente não sobra para investimento E aí é onde a gente tem que fazer mesmo os malabarismos Para poder arrecadar mais, para poder ter o investimento E contar, sim, com esse trabalho que os Secretários estão fazendo O prefeito está fazendo, os vereadores estão fazendo A busca das Emendas Então, as Emendas, elas nos ajudam a fazer o algo a mais, que é o asfalto em alguns bairros, que é uma... Aí vem os projetos do governo federal, as escolas, os postos de saúde. Então, esse algo a mais é feito dessa forma, essas parcerias. O governo municipal mesmo, recurso para investimento é pouco, que é de 10% a menos. Está bom? só para completar aquela pergunta. Muito obrigada pela pergunta, mas, tipo assim, a gente teve um ano aí, quando eu falei das insulinas, Wanderlei, é muito preocupante, porque eu sou diabética e eu pego na rede. Então, tem que ter esse planejamento para não deixar faltar nenhum medicamento, principalmente saúde mental, principalmente quem é diabético. Eu quis debater com você, peço desculpa pela fala, mas são questões muito importantes para mim, não deixar faltar medicamentos para a nossa população, por isso que eu queria o Secretário aqui, entendeu? Porque quando a gente fala também dos servidores, quando você falou da periculosidade, da insalubridade, por exemplo, eu pedi a periculosidade para o Secretário de saúde para ver se podia dar para o nosso SAI. Ele respondeu que sim, que era só eles escolherem. Mas eu sei que não é assim fácil. Então, tem que conversar com o prefeito antes de... Eu nem dei a notícia, porque não é assim, dar uma resposta para essa vereadora, porque aí eu vou para a rede, vou vir para a tribuna, eu vou querer que dê. Então, nessas reuniões, igual eu sempre conversei com o prefeito, a importância de nós termos reunião diariamente com os Secretários. Dá uma satisfação. Igual, por exemplo, 13 vereadores da base. E o João do Bar é o quê? Oposição? Ele que colocou dessa forma. Então, nós ficamos... Nós queremos saber o que está acontecendo no governo, nós queremos participar do governo, e dessa forma fica muito inviável. Aí fica essa cobrança aqui, quando a gente tem uma audiência pública. A prefeitura e os Secretários estão à disposição. Nós estamos ali no dia a dia, a gente vê alguns vereadores estão lá várias vezes na semana, alguns não, mas todos os Secretários, tenho certeza, que o prefeito apoia isso, estão à disposição. Muitas vezes pode chegar na secretaria O Secretário está em outro trabalho Não estar no momento É só, se for uma conversa mais longa Fazer o agendamento ali Eu não vejo problema nenhum E da insulina eu pude falar Porque a gente acompanhou essa falta Fomos questionados, sim, pela população Também não somos favoráveis É que, como eu falei A informação que nós obtivemos da empresa fornecedora, que esse medicamento estava faltando a nível de estado,

então por isso que estava atrasando. Tinha como opção as outras insulinas, e são, sim, sempre pedidos com antecedência, mas todo município pede, e às vezes coincide de não ter para fornecer para todo mundo. mas a gente está sempre atento para que isso não aconteça rotineira, rotinare, rotina, é, isso aí, continuamente, isso mesmo, está bom? Muito obrigada pela resposta. Obrigado também pelo complemento, viu? Maravilha, obrigado. Agora vamos abrir o uso da palavra para os demais inscritos. Na minha mesa chegou aqui três inscritos. Eu vou flanquear a palavra à Denise Caetano. Arthur, por favor, três minutos. Doutora Denise, fique à vontade. Também tem duas perguntas aqui que chegou a vir escrito para nós. Por favor, doutora. Boa noite a todos. Eu tenho alguns questionamentos. Eu participei da audiência pública da Secretaria de Finanças, que era da apresentação, da elaboração do PPA e da Lua. Nessa oportunidade, eu pedi para que eu pudesse ler os planos de ações das secretarias que norteariam a elaboração do PPA e da LOA pela Secretaria de Finanças. E, naquela ocasião, esses documentos não estavam de posse da Secretária, que se prontificou a apresentá-los em outra oportunidade. Essa é a oportunidade, porque agora aqui nós estamos na Casa Legislativa, numa audiência pública, e em breve vai entrar na pauta para a votação dessas leis fundamentais, cruciais aqui para o município. E até agora, nesse momento, a gente não consegue saber qual é o planejamento de cada secretaria. E o mais preocupante é que eu participo de alguns conselhos municipais, como todos sabem, e dentro dos conselhos municipais, não foi dada a oportunidade de se discutir as propostas, não se encaminhou às propostas das secretarias. Vou exemplificar uma que foi bem debatida aqui, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, por exemplo. Eu vou citar esta, porque nós promovemos uma reunião, nós convidamos, eu convidei a Aide Marinho, que é uma assessora parlamentar, convidei o Secretário, convidei vários vereadores, apenas um apareceu no dia, que foi o vereador Edson. E o governo convidou a assessoria da Secretaria de Finanças e a assessoria específica do desenvolvimento social. Então, nessa reunião, a gente questionava justamente isso, o plano de ação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, para que a gente pudesse, antes do dia 30, analisar todo esse documento para aprovar dentro do CMAS, que é um conselho paritário, 50% governamental, 50% composto pela sociedade civil, para que esse documento, então, fundamentasse a lei, o planejamento e o detalhamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social, seus programas e benefícios. Só que isso não aconteceu. Até o Gabriel, muito gentilmente, ele explicou o detalhamento da LDO, que já havia sido aprovada naquela ocasião, em abril, foi votada, explicou o que deveria fazer, só que, infelizmente, a proposta, aliás, a proposta que foi apresentada no dia 29 também, era justamente a da Secretaria de Finanças, não era o plano de ação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social. Então, na verdade, os conselheiros do CMAS nem tinham o que falar sobre o orçamento, porque era uma peça muito específica. O que nós tínhamos que debater e ter um esclarecimento era onde estavam os programas e benefícios espelhados na lei, no PPA, na peça financeira, na orçamentária, e na LOA. E isso não aconteceu. Então, eu queria deixar mais uma vez apontado que esse plano de ação, eu considero inexistente, porque ele não aparece em nenhum momento e não foi aprovado pelo CMAS. Portanto, a lei é ato nulo. Por quê? Porque o Conselho Municipal de Assistência Social é deliberativo e ele aprova a política de assistência social no município. Então, é obrigatório que ele aprove ou reprove, que ele se manifeste, que ele tenha um parecer. E não aconteceu isso. E isso aconteceu em vários conselhos Nos quais eu faço parte Então vou falar só desse Outro que a gente também pode falar Que isso aconteceu é o

CMDCA Inclusive o Francisco faz parte desse conselho Vou elogiar ele Que é um conselheiro indicado pelo governo Muito bom Muito aguerrido Muito prestativo, muito esforçado Então eu não entendo Essa questão de não Passar as matérias Pelos conselhos municipais de direitos que são deliberativos e aprovam políticas. Outro exemplo disso é o programa, acho que o Flor de Lótus, por exemplo, ele não passou pelo CMDM, que é o Conselho Municipal de Direitos da Mulher. Entendeu? E eu também não vi aqui no QQD onde está a dotação orçamentária desse programa. Então, eu gostaria primeiro de colocar que na análise prévia da Casa Legislativa sugere várias alterações aqui por equívocos. Então, gostaria que elas fossem rigorosamente observadas e corrigidas, tanto do PPA como da LOA. E com relação ao QQD, que aqui tem o detalhamento, fala muito de manutenção de conselhos municipais. Eu gostaria que a Secretária de Finanças dissesse exatamente o que seria essa manutenção das unidades dos conselhos municipais, por exemplo, da saúde. Esse é o grande questionamento. inclusive, eu respondo, fui denunciada por cometer um crime de importunação ou perturbação do sossego no trabalho dos servidores públicos da saúde porque eu desempenho o meu papel de Secretária executiva. Se eu não tenho uma sala, eu não tenho acesso à internet, um computador, uma impressora, uma linha telefônica, Eu não tenho e-mail institucional, eu não tenho meios de trabalhar, eu sou obrigada, quando alguém me solicita, ir no setor dessa pessoa, não há outra alternativa. E, quando eu atendo o servidor público, atendo o usuário e tudo mais, aí eu perturbo o trabalho, o sossego desse servidor público, o que não é verdade. Então, como você vê, é uma inversão de papéis. Quem está causando um tumulto, na verdade, é o Secretário de Saúde, que não cedeu os meios para que o conselho funcionasse regularmente. Mas aqui tem manutenção da unidade do Conselho Municipal de Saúde. Não existe. Conclua, por favor. Então, isso não existe em nenhum conselho. Não tem instalação do Conselho Municipal de Assistência, de Cultura e Turismo, de CMDCA, Conselho da Criança. Não existe instalação de conselhos municipais. Então, se tem dotação orçamentária para isso, a gente precisa imediatamente da Casa dos Conselhos. Você entendeu? Então, é basicamente isso. Então, gostaria que ela explicasse o que seria isso. Onde estão os planos de ação dessas secretarias? Se essas secretarias fizeram, onde estão? Para que a gente possa ler. Gostaria que os vereadores cobrassem, que dessem importância ao trabalho dos conselhos municipais. E só vou dar mais um exemplo, só para concluir. Se o conselho não atuar e não aprovar as contas pelo desenvolvimento econômico e social, vai dar um problema com o repasso governamental. Então, é importante para a Secretária que as contas passem pelo conselho e sejam aprovadas. Porém, a gente não pode simplesmente receber um documento num dia, assim, de, ou seja, ou aprova agora, ou, se não, a gente vai perder o recurso. Se não aprovar agora, a gente vai ter um prejuízo lá. Então, a gente tem que trabalhar direito, entendeu? Só isso. Obrigada. Maravilha. Obrigado pela contribuição. E a observação da senhora está anotada. Por favor, José. Com relação às dotações que a senhora falou, por exemplo, da Flor de Lótus, não necessariamente, como também a vereadora Val falou, dos projetos, não necessariamente no orçamento, eles devem existir com exatos esse nome. No desenvolvimento, por exemplo, nós fizemos de uma maneira mais genérica para facilitar a execução. se os vereadores verificarem, nós fizemos essa mudança nesse PPA. As secretarias, por exemplo, de gabinete, de administração, de finanças, elas têm uma única unidade executora para facilitar a execução. Então, todas as despesas estão previstas ali dentro. Então, não necessariamente a gente precisa ter um projeto com aquele nome específico. No caso da Flor de Lótis, ela está dentro das proteções sociais. Então, essas

despesas são projetadas ali. E a mesma coisa na saúde também, não necessariamente existe, tem que ter um projeto específico. Os planos de ações são de elaboração de cada secretaria, e eles nos passam as previsões, a projeção de cada um, e, em cima desses valores, nós projetamos o orçamento, A Finanças faz isso, projeta os números de acordo com o que eles nos passam. E cada um realmente elabora o seu plano. E também com relação aos conselhos, exatamente, nós deixamos as dotações previstas de acordo com a projeção de cada Secretário e aí cada um vai fazendo a sua execução durante o exercício. Você quer complementar com relação aos planos? Sim, boa noite, Denise. Tudo bem? Referente aos planos, a gente cita eles no anexo 5 lá do PPA. Então, são os planos que são de domínio público mesmo, manutenção do ensino, os planos municipais de saúde, plano de diretor, plano municipal de mobilidade urbana. Então, são documentos muito extensos. Acredito que você pode entrar com um Requerimento para nós que a gente fornece todos esses documentos, porque a gente não tem ele em posse aqui. Ah, sim, mas... Não, perfeito. É que os planos que foram citados aqui eram planos vigentes, então eles já passaram lá atrás. Então os novos planos a serem atualizados, eles são remetidos aos conselhos. O que aconteceu, só citando a questão da assistência social e outros conselhos, foi encaminhado nas planilhas orçamentárias, porque estamos tratando do PPA. Então foi mesmo na estrutura mais enxuta dessa questão da despesa, das ações, metas e indicadores. Então, isso acredito que foi encaminhado e o rigor da obrigatoriedade do Conselho, nesse sentido, foi cumprido. Agora, referente a esse outro plano, eu não sei. Ok. Isso, mas já foi colocada a observação aqui, eu já entendi o que estava acontecendo com a senhora, a gente vai estar cobrando isso, está bom? Bom, senhor Presidente, complementando o que meus colegas falaram, na área da assistência, os conselhos foram retomados, muitos servidores públicos que faziam parte dos conselhos saíram da administração e os novos foram ocupando esse espaço. Antigamente usava-se a metodologia de que, para participar de um conselho, tinha que ter uma gratificação e tal, e hoje não, hoje as pessoas são convidadas e estão indo lá participar do conselho, com o intuito de ajudar mesmo o município. Então, cada secretaria tem seus representantes, tem o titular e o suplente, No caso, quando a doutora Denise fala que ela foi judicialmente questionada, doutor, é assim, mesmo ocupando hoje o cargo de Secretário, se eu chegar aqui na Câmara Municipal, eu consigo ir por direito, chegar na recepção e eu preciso ser anunciado onde eu quero entrar. A senhora, por duas vezes, uma vez na secretaria, lá na antiga secretaria, E agora a senhora entra e vai adentrando ao recinto e questionando as pessoas, impondo, filmando as pessoas. Então, esse fato que aconteceu, onde foi chamado o Secretário de Segurança e tudo mais, porque a senhora estava invadindo um espaço público, e mesmo a senhora sendo conselheira, a senhora estava abusando do seu direito, do seu poder. e as pessoas que estavam lá também têm seus direitos. E aí foi isso que aconteceu, houve um conflito ali de entendimento. E aí foi onde teve esse questionamento. Secretário, vamos atentar a matéria. Está bom? Obrigado. Maravilha. Maravilha, vamos atentar a matéria, por favor. Maravilha. Vamos. Doutora, por favor. Doutora, por favor. Esse não é o momento de a gente entrar nessa discussão. Por favor, com toda gentileza, vamos tentar a matéria, por favor. Porque a gente vai entrar em um debate. Pois não, vereadora? Já que o Vanderlei adentrou nessa questão, essa vereadora precisa até defender a doutora ali. Vamos lá. Mas não é o momento, vereadora, a gente tem que seguir a questão do cronograma. Vai ser ouvido e aqui, porque ele falou aqui, senhor Presidente. Essa vereadora aconteceu a mesma coisa comigo. Eu fui muito bem recebida lá. Quinze dias depois, boletim de ocorrência contra essa

vereadora e contra meu assessor. E a doutora Denise estava lá de prova que não ocorreu nada do que aconteceu. Falou até no boletim de ocorrência que eu agredi a Beatriz Casimiro. Mas, vereadora, esse não é um momento da gente... Isso procede? Graças a Deus foi arquivado e todas as medidas cabem. Os tantos administrativos e judiciais serão tomados. Maravilha. Então, é um outro segmento, é um outro setor que cuida desse problema. Nós estamos aqui, estamos aqui, pois eu já tomei a palavra dele e peço para a senhora também me ajudar, me colaborar com a situação. São situações diferentes que não é tratada aqui hoje nessa audiência pública. Por favor. Eu quero passar agora a palavra para a dona Aíde Marinho. Fique à vontade, tem três minutos para a senhora fazer as suas perguntas. Eu gostaria de cumprimentar a todos em nome do chefe de gabinete, Vanderlei Soares, e dizer que eu estou aqui como município e como Presidente do PL Municipal. Eu ouvi vários relatos sobre a infraestrutura e sobre o desenvolvimento da nossa cidade, o qual é muito importante. Mas eu gostaria de fazer três perguntas. Uma delas é, há um procedimento do GAECO, do GAEMA, dentro da cidade que já tem as diretrizes de plano de contingência. Eu gostaria de saber se o pessoal tem o conhecimento desse procedimento e se está seguindo. Por ser um procedimento judicial, eu acredito que desde o início do mandato já é para dar andamento. Outro muito importante também é a nossa IPREMOR. Eu fui, durante anos, suplente do Conselho Fiscal. Eu estou falando daquilo que eu sei. Nós temos uma dívida gigantesca, uma bola de neve, e, infelizmente, o nosso Executivo não tem compromisso com a nossa Previdência. Ouve-se muito falar sobre o rombo do INSS, mas ninguém fala do rombo do IPREMAR. Isso é um absurdo. Vários funcionários públicos podem correr o risco de serem prejudicados, prejudicados, tanto os que estão aposentados e os que vão aposentar. Parte patronal, dívidas absurdas, que entra na Câmara Municipal sem o conhecimento dos servidores. Os servidores têm que participar disso. É o futuro deles. Hoje não sou mais servidora pública, mas tenho contribuição lá de mais de 17 anos. Não é esclarecido a forma correta. Há um plano para saber a saúde, porque, quando eu estava lá, a Previdência estava se mantendo apenas com aplicações. E hoje nós estamos vivendo um cenário muito complicado dentro da economia. E essas aplicações podem prejudicar muito, muito mesmo. Outra coisa muito importante é essa porcentagem, só um minutinho, é essa porcentagem de 128 milhões que o governo poderá usar via decreto. Seria muito mais interessante se nós tivéssemos conhecimento. Eu acredito que, dentro de um ano de governo, já deu para explicar para a gente. Eu fiz um Requerimento junto à prefeitura para saber quais eram as obras que o município estava fazendo junto ao governo do Estado. Porque o desastreamento, como o Bruno falou e eu gostaria de complementar, não é só exclusiva do governo do Estado. A prefeitura tem que trabalhar em conjunto. E qual é o que foi feito, não responderam nada para mim, responderam apenas o que o governo do estado está fazendo. Isso é muito preocupante, porque tratamento paliativo nós já tivemos em todos os governos. E não adianta, depois que acontecer, ir lá socorrer a pessoa. Eu estou no grupo das enchentes e as pessoas não querem receber um saco de produto de limpeza, as pessoas não querem receber uma cesta básica, uma marmita. As pessoas querem dignidade. Lá não é invasão. Foram loteamentos que passaram por todo o procedimento e foi regularizado. E é justamente isso que nós queremos saber. Se tem conhecimento desse procedimento do Gaema e se vocês têm algum projeto, ou uma reestruturação da nossa Previdência, para mostrar realmente a saúde financeira dela. Milhões, eu sei que tem, mas nós temos também muitos aposentados e muitos que irão aposentar. Nós queremos saber um estudo de impacto financeiro a médio,

curto e longo prazo. Eu agradeço a todos. Boa noite, Aidea. Obrigado pela sua pergunta. Sim, o Executivo tem sim o conhecimento. São dois um procedimento de acompanhamento do Gaema um procedimento administrativo de acompanhamento se você depois quiser eu posso até te passar o número dele e um outro é da promotoria de justiça de Montemor então nós temos ciência sim e o plano de contingência que está sendo traçado que já foi falado aqui com o vereador Bruno é em decorrência disso também sim, sim, não, tudo bem Sim, eu até concordo. O procedimento administrativo, só para a ciência das pessoas, às vezes eles pensam que saiu ontem, não é, ele é de 2018. Então esse procedimento administrativo vem desde 2018 e hoje nós estamos dando início nessa administração desse procedimento administrativo de 2018. Então há um acompanhamento sim E esse plano de contingência que nós estamos elaborando Ele já vem com algumas metas a serem cumpridas A questão do plano de macrodrenagem que a senhora também colocou Foi fornecido pelo PCJ Nós temos esse plano de macrodrenagem com o município Foi entregue inclusive para a Secretária Maria Tereza E o município sim, ele está indo atrás Ele está verificando com parceiros Não é um plano de macrodrenagem barato para o município. Geralmente, o município tem, acho que a Bárbara pode falar melhor que eu a respeito disso, o plano de drenagem, de micro drenagem do município, ele é com capacidade de mais ou menos 25 milímetros por hora de chuva. E se deu isso, qualquer município vai dar problema. Nós temos aqui um problema da macrodrenagem nossa, que ela vem a montante. Nós temos vários municípios contribuintes no Rio Capivari. E agora que a gente está começando a planejar isso. Então, essa administração vem se importando, sim. É de conhecimento a respeito desse procedimento. Só informar que esse procedimento já vem desde 2018. Ele não é atual, pessoal. Desde 2018. Sobre o macrodenário, você quer falar alguma coisa? Sobre o Ipemor, Aidea. Como o vereador Edson citou, foi aprovado aqui na Câmara o Projeto de Lei de acordo com a famosa PEC 66, que rendeu uma Emenda complementar. E justamente a preocupação do município realmente é colocar as contas em dia, principalmente do IPREMOR. Tanto é que a nossa, conforme já comentamos na segunda-feira, as 10 parcelas vencidas do parcelamento desse exercício foram pagas em dia, porque se você atrasa, atrasa, a multa é enorme. Então, assim, só que ficaram oito parcelas do exercício anterior sem pagar, mais o patronal do exercício anterior também, mais os três parcelamentos que estão em curso. Então, assim, estava inviável. Então, como em todos os municípios, a PEC veio justamente para ajudar todos os municípios a ter esse reequilíbrio. Então, agora foi aprovada a lei que autoriza a gente fazer esse parcelamento, reparcelamento, e o intuito realmente é conseguir esse fôlego para poder colocar, ter esse reequilíbrio, e dentro dessa PEC, dessa lei, ela também coloca regras para a administração pública cumprir, não é simplesmente reparcelar como se era antigamente. Não, tem regras, tem prazos, tem a reforma da Previdência, tem uma série de regras que tem que ser cumpridas com prazos, até o ano que vem, se não me engano, 15 meses, 15 meses para ser cumprida. Algumas coisas a gente já tem, outras a gente está fazendo, mas justamente é no intuito de poder regularizar e começar a realmente continuar cumprindo as obrigações que a administração está tentando fazer e continuar. A senhora está falando da projeção atuarial, do cálculo que é feito. Ele é feito anualmente pelo Instituto, de acordo justamente com os valores que são pagos, com o que eles arrecadam, com as projeções das pessoas que estão aposentadas, das que vão aposentar. Realmente existe um déficit, de acordo com a projeção que está até no site do Instituto. E o nosso intuito é agora com a PEC, reduzindo o repasse da Prefeitura. e depois, com a reforma, conseguir estabilizar e realmente sanar esse problema.

Exato, a gente tem fresco esse número na memória. Mais ou menos 64 milhões, mas não é um valor exato, porque é uma projeção. Essa conta foi feita com o fechamento do ano passado, menos o que já foi pago esse ano. Porém, quando ele é reparcelado, esse valor acaba diminuindo, diminuindo, porque as parcelas elas vêm para a data atual então assim, mas em projeção hoje, mais ou menos 64 milhões mas isso com o reparcelamento vai ser alterado e tudo isso passa pelo Ministério da Previdência então a gente seguiu o modelo deles temos que mandar a lei, tudo para eles esses valores também são todos analisados e aprovados pelo Ministério Conclua, por favor Exato Sr. Presidente, sim, querido Vou complementar a fala da Josiane. Senhora Aide, realmente aqui a tabelinha, o vereador Aval, mesmo que não tenha assinatura, a tabelinha que a gente apresentou junto, anexando ao projeto, foi feita pela Secretária Josiane, junto com a meta. Hoje a dívida está em torno de R\$ 64 milhões, que agora, no final do ano, vai ser feita a atualização pelo Instituto. O governo atual, do prefeito Murilo Rinaldo, estava pagando dívidas atrasadas, que, então, não dá para pegarmos esse recurso e fazer investimento, de R\$ 1.859.000 das dívidas atrasadas, são três parcelamentos, E atual, de 1.759.000, que é o atual. Então, o prefeito Murilo Rinaldo veio honrando o atual, que é desde o início do ano. Descontado dos servidores e repassado para o Instituto. São 990 mil reais mensais, que esse, como desconta do servidor, não tem como não repassar lá para o Instituto. que dá em torno de R\$ 4.600.000 por mês. Então, com a PEC 66, aprovada aqui pelos vereadores, pelo entendimento, o que vai resolver aqui? Essa dívida de R\$ 1.759.000, então ela vai ser prorrogada por mais 300 vezes, que vai ajudar o município a pegar esse dinheiro e fazer uso em outras áreas, na saúde, na educação, em obras. Então, esse é o objetivo. E, como foi um projeto do governo federal, passado pelo Congresso, aprovado, os municípios e os estados estão se aproveitando desse momento para poder ter esse fôlego. Em relação ao Rio, nós estamos tendo, sim, o vereador Bruno, sim, é um projeto do estado, é um recurso do estado, só que o município também está entrando com a contrapartida. Nós tivemos que fazer toda a limpeza, senhor Presidente Rogerio, nas margens do rio, para que as máquinas e os caminhões da empresa que o Estado contratou, quando chegasse, poder trafegar ali. E, nada a nada, são 3 mil reais uma diária de uma máquina dessa, 2.200 reais a diária de um caminhão desse, E foram vários dias essas máquinas, essa máquina e esses caminhões trabalhando. Então, essa é a contrapartida do município, no momento que o município vem ali passando essa dificuldade financeira. Um trabalho que nós fizemos lá no Pindorama, bem no início do ano, nós costumamos um uso bastante coloquial, lá num garrafeira, que é onde para toda a sujeira e vai juntando os capacetes, bola, boneca, caixa de isopor, tudo, nós gastamos ali um serviço de uma semana desses equipamentos para poder liberar uma árvore que tinha caído e para que toda a sujeira fosse tirada. E, além disso, nós temos o custo de pegar todo esse material e levar lá em um aterro sanitário de Indaiatuba, que a gente paga por tonelada. Então, essa é a contrapartida do município que vem ajudando. Então, o município está entrando com essa contrapartida. Existe uma possibilidade, vereador Roger, do passado, quando começou essa discussão do imprimir, do parcelamento e tal, eu, na época, estava vereador, e a gente trouxe isso à tona novamente, essa conversa, por exemplo, o município de Capivari, vereador Aval, Então, o município, ele cedeu alguns imóveis para um instituto para diminuir a dívida, para diminuir os custos, os juros. Então, existem, sim, algumas alternativas. Mas aí o município tem que fazer essa avaliação, se é interessante, o instituto tem que fazer essa avaliação, se é interessante. Ontem nós estivemos com o pessoal do Ipremor, eles estiveram lá conosco, além do projeto

que foi passado na Câmara, para realmente oficializar esse parcelamento, e eles levaram ao conhecimento do prefeito algumas normas que o prefeito vai ter que assumir para que realmente concretize. E é muito simples o que eles mostraram lá. Qualquer atraso, vereador Rogério, qualquer parcela não paga, cancela tudo isso que a gente está falando aqui hoje. Então, é bem rígido o negócio. Então, o prefeito está assumindo esse compromisso. Vereador Aval, tem um minuto, por favor. Eu vou responder a Aide. Aide, você falou sobre o prefeito fazer por decreto 120 milhões. Bom, foi passado... Vou falar da gestão passada. Na gestão passada, essa vereadora fez uma Emenda à lei orgânica passando de 20 para 10 por decreto. Então, para agilizar a fiscalização. No começo do ano agora, foi passado nessa casa, inclusive com o voto de confiança do prefeito, que ele mandaria os projetos para casa, passou-se, enquanto a região estava passando, vamos dizer, era 10% o Eivaldo tinha do orçamento da LOA. Então, foi passado para o Murilo, um voto de confiança que nós vereadores deu, 25%. Então, por isso que deu essa projeção. E o que está acontecendo, para ser muito breve aqui, ele não está cumprindo, está fazendo muito por decreto e não está passando para essa casa legislativa. Então, estamos ficando até sem pauta. As comissões não estão trabalhando. Então, eu acho que precisamos retomar novamente os 10% ou até 5%. Para todo projeto de ficha de orçamento ou movimentação, essa casa tem como fiscalizar. Muito obrigada. Maravilha. Quero agradecer aqui à dona Idéia Marinho pela contribuição também. Tem duas perguntas, e vou ler as duas, por munícipes que nos mandou. E aí vocês veem como vocês respondem. A Josiane, que eu sei que é uma voltada à saúde, e a outra é a administração também, que é semelhante à da senhora. O município tem despesas maiores do que os percentuais legais, que é de 15% na questão saúde. Por que gastam tanto? É falta de recebimento do SUS ou ausência do governo do Estado de São Paulo para a saúde média complexidade? A pergunta vem do José Antônio Jardim Moreira. Vou ler a outra também rapidamente. Está previsto nas despesas do grupo de despesas com o pessoal de encargos sociais de quase 50%. Os valores estão sendo atualizados pela inflação, certo? Isso significa que estará garantida a recuperação inflacionária dos salários dos servidores? Isso é uma outra pergunta. E vem agora a terceira. O Executivo pede autorização para abrir créditos suplementares via decreto, no montante até 25% da despesa fixa, o que soma mais de R\$ 128 milhões, e pede também via decreto autorização para atualizar créditos de R\$ 8 milhões da conta reserva de contingência. Quando necessário, a abertura de créditos especiais. Isso soma algo em torno de R\$ 136 milhões. E pede autorização ainda para abrir créditos suplementares quando necessário, em cinco situações diferentes, entre elas para cumprir as vinculações constitucionais, legais e de convênios até o limite das sobras de exercícios anteriores desse recurso e do excesso de arrecadação. Aí vem a pergunta aqui embaixo. Qual a dificuldade em pedir a abertura de créditos suplementares especiais aos vereadores via lei se a Casa tem votado em tempo recorde os pedidos do Executivo? Fernanda Martins, do Centro. Presidente, referente à primeira pergunta, acredito que depende da saúde, hoje nós temos uma realidade, não é só no município de Montemor, São a maioria dos municípios. É impossível atingir o mínimo de 15%. Os municípios têm um gasto muito alto com a saúde, o custeio com recurso próprio é muito alto. Então, há essa necessidade de implemento de recursos próprios do município para efetuar esse custeio geral. Há uma questão de que o Estado não efetua repasse da mesma forma que o governo federal. Sim, isso é verdade. O governo federal tem mensalmente ali seus blocos de atenção primária, média de autocomplexidade, gestão do SUS, piso da enfermagem, agente comunitário de saúde, de

endemias. Porém, o Estado, pelo que nós estamos escutando, está se adequando na tabela SUS paulista. Então, tem a tabela SUS paulista da atenção básica e futuramente parece que vai implementar para a média de autocomplexidade. Mas também não é suficiente. Lembrando que 22% perto dos municípios que a gente tem conhecimento está excelente. Eu tenho município que é porque é 40% com a saúde de recurso próprio, 33%, então a saúde e o custo dela é alto. Referente ao segundo questionamento, sim, está garantido a revisão inflacionária de 5% para a questão da despesa de pessoal. Referente ao limite, estamos bem abaixo do limite de alerta com despesa de pessoal, estamos com 47,10%, ou seja, abaixo de R\$ 48,6, que é o limite do Tribunal de Contas, abaixo de R\$ 51,30, que é o limite prudencial, que quando eu elevo de R\$ 51,30 já tenho que tomar medidas de contenção, cessar gratificações, cessar horas extras e demais medidas. E referente à alteração orçamentária por decreto, não necessariamente é obrigatória a utilização dos 25%. Nós deixamos uma margem para questões, tanto do dia a dia, de movimentações emergenciais que acontecem para abertura de licitação, porque os prazos de licitação são extremamente longínquos para garantir a participação de todos. Então, tem editais que são 45 dias úteis de publicação. Às vezes, as movimentações orçamentárias têm que sair em um dia. E essa questão de que não há transparência, há transparência, pois os decretos são publicados. De acordo com a 420, eles têm que ter ali todas as suas justificativas de funcional programática, suplementação e redução. Então, só um adendo e fazendo uma comparação, o Estado tem de previsão orçamentária, de alteração orçamentária, mais de 30% na lei orçamentária dele. Então, esse percentual está até dentro do limite que a gente vê por aí. Mas o município se compromete com a transparência e tudo o que é feito por decreto é publicado. Então, acho que seriam essas questões. Senhor Presidente, complementando, a pergunta é do munícipe. E é realmente, a saúde, ela não estava produzindo em muitas questões. Uma delas era na questão agentes de saúde. Nós temos agentes de saúde que estavam ocupando o cargo de recepcionista. Por necessidade do posto, não ter outro funcionário. E é obrigatório pelo Ministério. Uma quantidade mensal de visitas. E essas visitas são pagas. E isso não estava ocorrendo. Em algumas unidades de saúde, nós não tínhamos a equipe formada, o médico 40 horas, que precisava para formar a equipe. E isso tudo a gente veio, através do trabalho do Dr. Wagner, sua equipe, monitorando. Na UPA, a administração anterior, não era nada lançado. Os atendimentos, vereador Aval, o médico fazia o atendimento, o medicamento colocado ali, aplicado, não era lançado. Então o município não tinha nenhum retorno, por menor que fosse, disso. Então, com a troca da empresa que hoje administra ali, a UPA, com o trabalho efetivo da Secretaria de Saúde. Hoje nós temos um faturamento. A UPA, nós pagamos lá R\$ 950 mil para a UPA, mas ela também tem um faturamento, ela tem um retorno. O trabalho do SAI, vamos falar assim, as corridas da ambulância, os carros da saúde que fazem transporte dia a dia aqui, os nossos pacientes, não tinha o lançamento. Então, a gente não tinha retorno para isso. E hoje nós estamos tendo, como eu disse, por menor que seja, tem esse retorno, que vem ajudar a tirar menos dinheiro do cofre público para pagar a saúde, então a saúde também está tendo esse retorno. Então, são esses trabalhos que estão sendo feitos para diminuir, para melhorar o desempenho, está bom? Só pegando uma parte de um minuto dentro desse tema, é um tema muito importante que nós trouxemos aqui no passado. Nos últimos quatro anos do mandato anterior, o Monte Moura deixou de arrecadar para a saúde mais de 28 milhões de reais. E quando a gente fala do Exus, do SUS paulista, que o Governador Francisco está modernizando o Estado, a máquina pública, é o que os municípios têm que fazer, a

modernização da máquina pública. Nós temos unidades básicas de saúde, hoje, que não tinha computador, que não tem ainda computador. Então, como você vai efetivar um lançamento de uma consulta, de uma medicação, para você ter o retorno do ISUS federal, se você não tem esses lançamentos? Então, é importante modernizar a máquina pública, para que a gente possa captar mais recursos e investir na saúde. Porque tudo que os municípios gastam, se tiver um apontamento, um lançamento corrigido, de forma correta, o retorno vem. e nós trouxemos aqui no passado uma empresa que faz isso mas infelizmente o poder da caneta não está com o vereador nós buscamos esses projetos fora apresentamos, está aqui, foi vereador de oito mandatos, tenho certeza que trouxe vários projetos para Montemor mas ele não era o prefeito, ele não era o dono da caneta e muitas coisas não conseguiu implementar mas isso é essencial para a modernização dos municípios que querem pensar como gente grande não tem como pensar grande e deixar Montemor defasado. Então, a gente precisa modernizar a área da saúde, captar mais recursos com esse lançamento, para que sobre dinheiro na saúde, porque é o que os municípios paulistas vêm sofrendo. E, por isso, da implementação do SUS paulista, da tabela SUS paulista, para que os municípios evitem essa dificuldade. Então, é importante, Vanderlei, dentro de toda essa temática, a gente modernizar a máquina pública, principalmente a saúde, para que venha uma empresa que possa dar um treinamento adequado aos funcionários da saúde, vereador Roger, para que a gente possa apontar tudo que nós usamos, para que a gente possa arrecadar cada vez mais. Porque, se não, não aponta, é como se fosse uma Unimed. Eu dou o exemplo da Unimed. Você vai em um particular, hoje, uma agulha, o cara aponta. Uma caneta, um algodão, ele aponta o algodão. Um gás. Então, é importante isso dentro da nossa temática do público, do ESUS, e arrecadar cada vez mais. nos últimos quatro anos, no mandato passado, 28 milhões. Faz diferença na saúde ou não faz? Com certeza a gente teria uma série de problemas resolvidos, de desafios resolvidos dentro do município. Obrigado. Mais algum questionamento dos Secretários? Disposição de alguma coisa? Então, quero dar por encerrado, quero agradecer a todos vocês que acompanham essa audiência, todo o público presente, você que está em casa, que mandou as perguntas pelas redes sociais, aos Secretários, aos vereadores também, que fez o corpo aqui desta mesa, e dizer que está encerrada essa audiência aí. Um abraço a todos. Lembrando que amanhã tem audiência pública aqui da Sabesp, a partir das 18 horas. Um abraço a todos e Deus continue abençoando.